



MUNICÍPIO DE ALCOCHETE
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

N.º 03/25
ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA
DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL
REALIZADA EM 20 DE JUNHO
DE 2025

Aos vinte dias do mês de junho do ano de dois mil e vinte e cinco, nesta vila de Alcochete e Salão Nobre da Junta de Freguesia de Alcochete, pelas 21:30 horas, reuniu ordinariamente a Assembleia Municipal de Alcochete, presidida pelo Doutor Mário Manuel Catalão Boieiro, encontrando-se presentes os seguintes membros:

Pelo Partido Socialista:

- Carlos Manuel Rosa Correia, Teresa Isabel Condelpes Rei, Carla Maria Bernardo da Cruz Pereira, Sérgio Manuel Carvalho Simões, Ana Lúcia Felgueira Maduro, Diogo da Silva Mourão, Mafalda de Almeida Catalão, José João Pereira Tavares e João Agostinho da Costa Carapinha Espiga.

Pela CDU – Coligação Democrática Unitária:

- Ana Luísa Giro Pereira dos Santos Lourenço, Álvaro Jacinto Costa, Ana Cristina Tavares de Almeida Brandão, Rui Miguel da Silva Mortal e Helena Paula Menezes Batista.

Pelo Centro Democrático Social/Partido Popular:

- Patrícia Pinto Felizes Figueira.

Pelo Partido Social Democrata:

- Andreia Patrícia Silva e Sousa.

Presidentes das Juntas de Freguesia:

- Maria Manuel da Costa Maduro, presidente da Junta de Freguesia de Alcochete e Joel Francisco da Piedade Rodrigues, presidente da Junta de Freguesia do Samouco.

Faltaram à sessão:

Pelo Partido Socialista:

- Ricardo Alexandre Gomes Loureiro, por motivos profissionais, tendo sido substituído por Elisa Beatriz de Jesus Massaroca e José Luís Nunes Catalão, por motivo de se encontrar ausente do país, tendo sido substituído por Inês dos Santos Seabra, dado as indisponibilidades de Rui Manuel Rodrigues Silva, por motivos pessoais e de ausência do concelho e Milton dos Santos Marques Alcaide, por motivo de se encontrar ausente do concelho (Documentos anexo à Minuta da Ata).

Pelo Centro Democrático Social/Partido Popular:

- Alexandre Manuel da Costa Freire Gonçalves, por motivos de ordem profissional, tendo sido substituído por Jorge Manuel de Sousa Sinquenique, em função das indisponibilidades, igualmente por razões profissionais de Nelson Roberto Nery Pinto, Joana Mafalda Gabriel Santos Nicolau, Fernando Martinho de Sousa Correia e Ana Mafalda Boieiro Marques (Documento anexo à Minuta da Ata).

Pelo Partido Social Democrata:

- Andreia Patrícia Silva e Sousa, por motivo de se encontrar ausente do concelho, tendo sido substituída por João Pedro Vila Viçosa Louro (Documento anexo à Minuta da Ata).

Presidentes das Juntas de Freguesia:

- João Manuel Fernandes dos Santos, presidente da Junta de Freguesia de S. Francisco, por motivos pessoais, tendo sido substituído por Susana Paula Craveiro Rolo (Documento anexo à Minuta da Ata).

Os pedidos de justificação foram aceites.

Pelo executivo camarário encontram-se presentes o senhor presidente da Câmara, Fernando Manuel Gonçalves Pina Pinto, a senhora vereadora Ana Sofia Madeira Maduro e o senhor vereador Pedro Sérgio Martins Ferreira Lavrado.

Faltaram à sessão a senhora vereadora Maria de Fátima Maduro Gregório Soares, por motivo de se encontrar em gozo de férias, o senhor vereador Dário João Ferra Moura, por motivo de se encontrar em gozo de licença parental, o senhor vereador Jorge Manuel Pereira Giro devido a compromissos previamente assumidos e o senhor vereador Pedro Jorge Marcelino Ferreira, por motivo de gozo de férias (Documentos anexo à Minuta da Ata).

Seguidamente, o senhor presidente deu conhecimento do pedido de renúncia do mandato, apresentado pela senhora Cecília do Carmo Teles Brandão Martins, através de comunicação escrita, datada de 17 de junho de 2025, nos termos e para efeitos do artigo 76.º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, na sua atual redação (Documento anexo à Minuta da Ata).

A 17 de junho de 2025, procedeu-se à convocação formal, através de ofício do cidadão imediatamente a seguir na ordem da lista do Partido Chega (eleição dos órgãos das autarquias locais ocorrida no dia 26 de setembro de 2021), do senhor Nuno Filipe Folgado Valente para sua substituição, tendo o mesmo apresentado justificação para a sua ausência por motivo de doença (documento anexo à Minuta da Ata).

PERÍODO DE INTERVENÇÃO DOS MUNICÍPES

Não se registaram intervenções.

PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

Aberto este período ao abrigo da alínea c), do artigo 20.º do Regimento da Assembleia Municipal, o presidente da Assembleia Municipal colocou à discussão a seguinte ata:

– **Ata da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal realizada em 28 de fevereiro de 2025**

Submetida à discussão e votação, a ata foi aprovada por unanimidade.

Não votaram: Sérgio Manuel Carvalho Simões, Ana Luisa Giro Pereira dos Santos Lourenço, Álvaro Jacinto da Costa, Rui Miguel da Silva Mortal, Inês dos Santos Seabra, João Pedro Vila Viçosa Louro e Susana Paula Craveiro Rolo, por não terem estado presentes, ao abrigo do n.º 3, do artigo 34.º do Código do Procedimento do Administrativo.

Ao abrigo da alínea d), n.º 2, do artigo 20.º do regimento da Assembleia Municipal, usaram da palavra os seguintes membros:

- Patrícia Figueira, bancada do CDS/PP

Dado ter verificado na atividade do senhor presidente da câmara a realização de reunião com o STAL, no passado dia 29 de maio, questionou sobre as conclusões da mesma. Relativamente à reunião do Conselho Metropolitano de 30 de maio perguntou se existiam novidades em relação à administração da TML (Transporte Metropolitanos de Lisboa) e, se havendo, se existem repercussões nas carreiras dos autocarros que servem as três freguesias do concelho.

- João Pedro Louro, bancada do PSD

Tendo em conta que foi eleito deputado nas últimas eleições para a Assembleia da República, expressou a sua disponibilidade para com o executivo municipal e assembleia, não obstante as diferenças e divergências políticas, para ser uma voz defensora dos superiores interesses de Alcochete e de todos os alcochetanos.

Seguidamente, solicitou informação sobre o ponto e situação da construção de fogos de habitação social na rua do Alto do Castelo, nomeadamente no que diz respeito aos cumprimentos dos prazos e à sua execução orçamental.

Por último, realçou o facto de se encontrar uma viatura abandonada há cerca de um ano na rua Dr. Luís Cebola, em Alcochete. Segundo as informações que dispõe, a câmara municipal está ao corrente da situação, mas ainda nada fez, apesar de os vários contactos efetuados por munícipes.

– Rui Mortal, bancada da CDU

A sua questão também se prende a existência do carro abandonado na rua Luís Cebola, indagando se a autarquia já tinha conhecimento da situação e, se sim, se já tomou medidas para resolver o problema.

– José Tavares, bancada do PS

Dado já ter começado a época balnear, questionou o executivo sobre o que tem vindo a realizar e o que pensa fazer ainda, no que diz respeito às praias do Samouco e dos Moinhos, em Alcochete. Associado à questão das praias, existe um tema que já não é novo, que é os mariscadores, que causam algum desconforto aos banhistas, pelo que solicitou informação, uma vez que o Governo é novo, o que o executivo tem vindo a efetuar ou pensa fazer para não deixar o assunto esquecido.

Continuamente, felicitou o executivo pela reparação de um conjunto de estradas no concelho, mormente, estrada do Canto do Pinheiro, em Alcochete, Estrada Municipal 503, no Passil, estrada da Pacheca, em S. Francisco e estrada do Rego da Amoreira, que no momento está a ser reparada. Porém, a estrada Real é uma situação complicada e motivo de algum desconforto para as pessoas que a utilizam. É composta por dois troços, um troço que pertence ao Montijo e outro que pertence a Alcochete, sendo que no troço de Alcochete foram efetuadas reparações a seguir às chuvas, contudo o troço do Montijo

continua com buracos, que dá origem à danificação dos veículos, sendo propício a acidentes. Assim, julga que o município de Alcochete poderia contactar o município do Montijo para este reparar os buracos que são visíveis, considerando também que os dois municípios deveriam realizar um acordo de parceria, no sentido de a estrada ser reparada de uma forma mais definitiva e duradora.

Ainda sobre estradas, realçou que a estrada do Cercal, em S. Francisco também deveria ser alvo de reparação.

Sendo público que os municípios de Alcochete e Montijo estão a unir esforços para ser criado de um novo acesso à Ponte Vasco da Gama, solicitou informação sobre se houve desenvolvimentos acerca desse assunto.

– João Espiga, bancada do PS

Solicitou informação sobre quais as obras que estão atualmente em curso no concelho, indicando, se possível, a sua localização, a sua natureza, valores envolvidos, se estão a ser cumpridos os planeamentos e quais os prazos previstos para conclusão, bem como quais as obras que se encontram em carteira e que o executivo prevê iniciar a curto prazo.

– Álvaro Costa, bancada da CDU

Referiu que a freguesia do Samouco tinha duas instalações sanitárias que satisfaziam as necessidades dos munícipes, que poderiam ser utilizadas simultaneamente por 8, 9 pessoas, tanto da parte feminina, como masculina, estando cada uma delas equipadas com duche, precisando, no entanto, de manutenção, de reformulação, porque já eram antigas e havia a necessidade de substituir todas as louças por materiais mais modernos, no sentido de tonar o espaço mais agradável. Contudo, em vez disso, foram destruídas as instalações e em seu lugar, segundo o projeto, foi efetuada uma instalação unissexo onde é necessário introduzir uma ficha ou uma moeda para a utilizar

e, por conseguinte, aquilo que servia em condições a população e que apenas precisava de reformulação desapareceu e a população do Samouco ficou sem instalações sanitárias no largo considerado o largo social da freguesia, onde durante o dia é frequentado por muitos idosos e que utilizavam com muita frequência aquelas instalações. Não entende qual foi o motivo que levou a mudar as instalações sanitárias, dado que tudo o que está a ser realizado poderia ser feito na mesma, desde os contentores do lixo, que poderiam ter ficado também subterrâneos, porque havia espaço, era só necessário enquadrar dentro do projeto. Agora, quando se realizarem as festas ou qualquer iniciativa no largo, não sabe como aquela cabine de WC vai satisfazer as necessidades dos utilizadores, pois cada pessoa leva entre entrar e sair, 5 minutos, que é o tempo considerado moda para dar lugar a outra pessoa.

Seguidamente, mencionou que os ciprestes, culturalmente, são árvores de cemitério, está interiorizado em todo o país, pelo que não percebe porque junto às instalações sanitárias foi colocado um cipreste e ao seu lado um banco, sabendo-se que o cipreste é uma árvore icónica que cresce, não é frondosa, pelo que não dá sombra, contudo foi colocado um banco junto à mesma.

Considera que uma cabine sanitária daquele género não satisfaz as necessidades da freguesia do Samouco, não entendendo porque foram destruídos os balneários em vez de serem remodelados/recuperados. Alcochete tem instalações sanitárias idênticas às que o Samouco tinha, por detrás da Igreja Matriz, também tem no Rossio, são instalações que carecem de reformulação, modernização, de louças novas, não de serem destruídas, tal como acontece em S. Francisco e no Passil.

– Vereadora Ana Maduro

Por solicitação do senhor presidente da câmara e com a devida autorização do senhor presidente da assembleia, em resposta à deputada Patrícia Figueira, informou que na reunião foram discutidos basicamente três assuntos: Suplemento de Penosidade e Insalubridade (SPI), Opção Gestionária e

condições de trabalho existentes na câmara municipal para o desempenho de funções dos seus trabalhadores. Relativamente ao SPI e na sequência de reuniões anteriores foi abordado o assunto no seguimento do comprometido, designadamente consultar outras autarquias sobre a sua abrangência. Essa consulta foi realizada através do setor de recursos humanos, tendo a mesma resultado na resposta de que não havia direito ao pagamento ao setor de espaços verdes, algo que foi contra-argumentado pela estrutura sindical, que afirmou que não correspondia àquilo que existia a nível de outros municípios e, assim sendo, solicitou-se que fosse a própria a realizar a consulta junto dos outros municípios, no sentido de saber que outros setores não mencionados ou identificados na Lei que regula a matéria estão a receber o suplemento e a devida fundamentação para o seu pagamento.

Em relação à Opção Gestionária, nomeadamente se o executivo aplicaria ou não a restrição verificada na Lei da Execução Orçamental dos 5%, dado que a Lei define que em todo o universo dos trabalhadores apenas 5% poderão estar abrangidos pela Opção Gestionária, foi transmitido que a questão não se colocaria, porque a Opção Gestionária iria ser aplicada a todos os trabalhadores que fossem elegíveis.

A última questão que foi abordada na audiência foram as condições de trabalho, ou seja, se o executivo estava disponível para proceder a uma negociação sobre aquilo que a estrutura sindical considerava importante na melhoria das condições de trabalho, tendo sido transmitido que o executivo estava disponível para esse facto, salientando que desde 2017 já foram efetuadas inúmeras melhorias nas condições de trabalho. Foi solicitado à estrutura sindical que apresentasse um documento sobre o que achava premente, tendo a autarquia recebido o mesmo, estando, no momento a analisá-lo em função do orçamento já do presente ano e em função dos demais.

– Presidente da câmara

Relativamente à questão da administração da TML, asseverou que no momento vigora aquilo que permanece desde o início do mandato, tendo o Conselho Metropolitano decidido que o conselho de administração da mesma se manteria em vigor até ao encerramento do atual ciclo autárquico, sendo certo, porém, que depois das eleições autárquicas, em função do novo quadro político a Área Metropolitana de Lisboa tomaria as decisões que achar por convenientes.

Quanto às questões colocadas pelo deputado João Pedro Louro, começou por parabenizá-lo pela eleição enquanto deputado da Assembleia da República, ficando na expectativa, dado o tempo de vivência que tem com o município de Alcochete, que o mesmo possa transportar sempre no seu coração a terra e as gentes do concelho de Alcochete, desenvolvendo os esforços necessários para trazer boas novas ao município de Alcochete.

Em relação à questão relacionada com o projeto de habitação social do Alto do Castelo, informou que o empreendimento já foi inaugurado, e as chaves dos seis fogos já foram entregues às respetivas famílias, estando-se a falar de um investimento que ascende a mais de €700.000,00, cujo valor de comparticipação por parte do IRU é de €684.000,00, mas tendo a autarquia apenas recebido €64.685,70 até ao momento.

No que se refere à questão da viatura abandonada e respondendo também ao deputado Rui Mortal, mencionou que ao contrário do que possa parecer, o processo de remoção de viaturas da via pública, é um procedimento moroso. Explicou que quando uma viatura está estacionada no mesmo local há mais de 30 dias, o proprietário é notificado por via da matrícula, dando 30 dias (prazo da Lei) para obter resposta, acontecendo muitas vezes (não acontecendo em todos os casos) que o proprietário que está associado à matrícula já não é o possuinte da mesma, ou seja, a viatura é comercializada através de uma declaração de compra e venda e quem a comprou não preconizou a registo da viatura e, portanto, nesses casos é mais demorado o processo de chegar ao atual dono. Depois de todo o processo concluído, a recolha de viaturas não é

feita uma a uma, é lançado um procedimento para que um conjunto de viaturas sejam rebocadas para o estaleiro municipal, onde as mesmas são armazenadas. O estaleiro municipal tem capacidade para albergar cerca de 20 a 25 viaturas, que é o número que atualmente estão domiciliadas no estaleiro municipal e para a autarquia poder recolher novas viaturas é necessário se desfazer das existentes, procedimento que é efetuado através de processo concursal de venda de sucata, sendo também um processo administrativo algo moroso e, assim, a recolha de viaturas não é mais rápido por estes dois motivos.

No que diz respeito às questões colocadas pelo deputado José Tavares e, nomeadamente quanto às praias dos Moinhos e Samouco, referiu que o atual executivo desde 2017 teve duas grandes preocupações. A primeira foi dar continuidade ao trabalho que o anterior executivo vinha a desenvolver, no sentido de a praia dos Moinhos e a praia do Samouco serem reconhecidas pela Agência Portuguesa do Ambiente como praias fluviais, esforço que tem sido inglório. Se as praias fossem consideradas fluviais, o investimento da autarquia nas praias seria maior, as concessões existentes por via da Administração do Porto de Lisboa teriam seguramente outras características e até do ponto de vista da segurança, se poderia desenvolver protocolos com o Instituto Nacional de Socorros a Náufragos, para que os nossos bombeiros pudessem prestar serviços nas praias. A autarquia todos os meses, com exceção da época balnear em que se realiza a operação duas vezes por semana, através de uma empresa certificada faz análises à água, quer na praia dos Moinhos, quer na praia do Samouco, e desde 2018 até à data de hoje não houve um relatório desfavorável relativamente à qualidade da água e a autarquia já trabalhou com duas empresas distintas, atualmente está a trabalhar com o Instituto Ricardo Jorge. Por isso, estranha porque não é atribuída a categoria de praias fluviais às duas praias. A explicação dada é que o histórico é muito recente e reportando-se só apenas ao tempo que o atual executivo está em funções, estão concluídos quase oito anos, sendo que o anterior executivo também efetuava o mesmo trabalho, pelo que não consegue perceber a teoria da Agência Portuguesa do Ambiente relativamente à questão do histórico, a não

ser que se tenha de andar 20 anos a fazer análises e ao fim desse tempo é que as praias são consideradas fluviais. Não obstante este facto, porque as praias são muito utilizadas durante a chamada época balnear, cerca de 5 meses, começou-se em junho e terminará em outubro, é efetuado um investimento grande para limpeza diária da praia dos Moinhos e dia sim, dia não da praia do Samouco. Como não existe capacidade para estender esse investimento aos restantes meses do ano, as atenções são focalizadas para a chamada época balnear.

Quanto à questão dos mariscadores, é um problema que perdura, seguramente, há mais de 15 anos e que não consegue vislumbrar luz ao fundo do túnel. Ouve muitos partidos, inclusivamente aquele que representa a falarem sobre o assunto, mas boas novas não existem, portanto falam muito, mas, efetivamente nada concretizam. Os partidos políticos que abordam o assunto, muitos se preocupam com os problemas colaterais em detrimento do problema central, que é a apanha ilegal de ameijoas a montante da Ponte Vasco da Gama, não residindo na regularização da atividade ou na criação de incubadora. Tinha a expectativa que ao longo do tempo, esta amejoa por força da biodiversidade criada no nosso Estuário do Tejo, que o estigma pudesse ser alterado e que a amejoa pudesse ser comestível, mas não. Muito recentemente, o IPMA afirmou que a amejoa está repleta de metais pesados, de toxinas que matam se o bivalve for consumido com alguma abundância, portanto esta amejoa não pode ser apanhada, pelo que não vale a pena se estar a alimentar especulações. Informou que a autarquia desde fevereiro de 2018 tem vindo a alertar as entidades para o assunto, convocou dois grandes debates com instituições e entidades com competência na matéria para resolver o problema, efetuou um conjunto de solicitações ao Governo, enviou vídeos, fotografias, matrículas de viaturas, ou seja, tudo o que estava ao seu alcance, mas não há luz que se acenda ao fundo do túnel. Atualmente, foi remetido um dossier com tudo aquilo que a Câmara Municipal de Alcochete fez desde o início do ano de 2018, endereçado ao senhor Primeiro-Ministro, com conhecimento a todos os ministérios que do ponto de vista da autarquia têm relação direta com o assunto, nomeadamente, Ministério da Economia,

Ministério do Ambiente, Ministério da Administração Interna, Ministério da Saúde, por via da Saúde Pública, sendo que na próxima semana, o mesmo processo será enviado a todos os grupos parlamentares da Assembleia da República.

Relativamente à questão das estradas, deu nota que recentemente esteve com a senhora presidente da Câmara Municipal do Montijo, onde teve oportunidade de abordar a questão da estrada Real. Em relação à estrada Real e à rua do Cercal, informou que de momento a autarquia está a desenvolver os projetos, porque são estradas que terão de ser lançadas através de concurso público e os procedimentos concursais têm de ter anexado o projeto de requalificação da própria estrada. São projetos que estão a ser efetuados por administração direta, são os funcionários da câmara que os estão a realizar, estando os mesmos numa fase já bastante adiantada, contudo não será no presente mandato que será preconizada a reabilitação ou requalificação destas duas estradas. São duas estradas cujas estimativas orçamentais ascendem cada uma delas a muito perto de €700.000,00, portanto para as duas estradas está-se a falar de cerca de €1.400.000,00, não havendo disponibilidade no Orçamento que está em vigor para efetuar as devidas requalificações, haveria se o executivo não tivesse dado prioridade à habitação social. Deu essa prioridade porque existem cerca de 300 famílias portuguesas residentes no concelho a viverem de forma indigna, e para o atual executivo mais importante do que colocar alcatrão nas estradas é dar dignidade a vidas humanas que estão inscritas, não só na Estratégia Local de Habitação, mas também inscritas no Setor Social da Câmara Municipal de Alcochete.

A estrada Real da parte que tem a ver com o Município de Alcochete, já começa a precisar de reabilitação, mas os buracos que muita gente fala estão domiciliados na parte que pertence ao Município do Montijo. Percebe que as pessoas façam confusão a que município pertence a estrada, porque ainda não foi colocada sinalética a informar onde termina a freguesia de Alcochete e começa outra freguesia, no caso a do Montijo.

No que concerne às vias de acesso à Ponte Vasco da Gama, informou que logo a seguir à tomada de posse do Governo foi enviado um pedido de audiência ao senhor Ministro das Infraestruturas e da Habitação, com carácter de urgência, para que os dois municípios, Alcochete e Montijo, se reunirem com o senhor Ministro, no sentido de ser apresentado o trabalho que foi desenvolvido entre as duas autarquias, na expectativa de serem criadas novas vias de acesso e saída à Ponte Vasco da Gama. Sabe que a senhora presidente da Câmara Municipal do Montijo reuniu com a Lusoponte, tendo esta manifestado disponibilidade para realizar a obra na eventualidade de o Estado português prorrogar, pelo menos, por mais seis anos a concessão da Ponte Vasco da Gama.

Seguidamente, em relação às questões colocadas pelo deputado João Espiga, deu nota dos investimentos que estão a ser realizados no concelho, nomeadamente: requalificação do Caminho Municipal 1123; desenvolvimento das operações integradas nas chamadas comunidades desfavorecidas, no caso em concreto incidem no Passil, obras realizadas ao abrigo do Plano de Recuperação e Resiliência, mas que exigem por parte do executivo um esforço acrescido, mormente financeiro, sendo necessário em algumas obras descapitalizar o Orçamento para que as mesmas sejam concretizadas, porque se não fosse dessa forma não se teria aquilo que se vai ter e que vai dar ao Passil uma nova centralidade e onde o Passil vai ganhar uma nova vida, porque não são só as pessoas deste lugar que vão usufruir dos equipamentos, mas todo o concelho. Portanto, está em curso a requalificação da escola básica, construção do jardim de infância, requalificação do polidesportivo que se encontra praticamente concluído, faltando apenas pintar o chão onde se irão praticar várias modalidades, requalificação do Centro Comunitário que está em obra e construção do complexo desportivo que se encontra em fase de assinatura de contrato. Estas obras têm prazos cujo término aponta para dezembro de 2026, não obstante se ter apercebido na última reunião do Conselho Metropolitano de Lisboa da possibilidade de haver uma prorrogação do prazo, até ao primeiro trimestre do ano de 2027. Está concluída a

requalificação da rua do Aceiro, com implementação de saneamento básico em praticamente todo o troço.

Depois, em outros locais do concelho, encontra-se em curso a construção da conduta adutora que irá ser uma alternativa ao abastecimento de água, que irá permitir maior pressão caudal no abastecimento de água, em certas zonas de São Francisco e Alcochete. Na próxima segunda-feira irá começar a ser instalado o estaleiro de obra na rua Capitão Salgueiro Maia, para construção de 14 fogos de habitação social. O Plano de Recuperação e Resiliência (PRR) financia para construção destes fogos €2.100.000,00, sendo que o processo concursal só vingou com um valor de €2.600.000,00, portanto houve a necessidade de descapitalizar o Orçamento em €500.000,00. Está em construção a obra inerente à primeira fase da requalificação do Parque de Merendas do Samouco, estando no Tribunal de Contas o processo respeitante à construção do Complexo Desportivo de São Francisco. Em fase final de projetos encontram-se as obras respeitantes à requalificação das ruas 1.º de Dezembro, da Praia e Doutor Barata Salgueiro e do largo 25 de Abril, em Samouco, que visa substituir todas as infraestruturas de subsolo e dotar na larga maioria das ruas de passeios e por outro lado ordenar o tráfego. Está a ser realizada a obra dos sanitários do Samouco, estando-se à espera que chegue da Itália a casa de banho para ser implementada. Está em execução o projeto para requalificação da praça José Coelho, onde será criada mais bolsa de estacionamento e onde será ordenado espaço verde. É um projeto que se aguarda o seu termo para depois se lançar a empreitada, que não assenta no Orçamento que se encontra em vigor. Em fase também de projeto se encontra a requalificação do largo dos Arcos, em São Francisco, julgando que no próximo ano será desenvolvido. Projetado está ainda a requalificação da praça Padre Cruz, em Alcochete, que pretende ordenar o estacionamento, com mais e melhor estacionamento. De acordo com estimativa efetuada pelos serviços da autarquia, tanto esta praça, como a praça José Coelho, em Samouco, como o largo dos Arcos, em São Francisco, é executável pelo que quando os projetos estiverem prontos, através de financiamento ou de capitais próprios, a câmara tem condições para avançar com as respetivas obras, seguindo-se depois a requalificação da rua Carlos Manuel Rodrigues Francisco

que é um projeto mais complicado, mas que se encontra praticamente concluído, em que a estimativa precisa de ser integrada noutra Orçamento e não naquele que vigora. Por último, a requalificação do Mercado do Municipal do Samouco que se aguarda que a candidatura seja aprovada.

Em resposta ao senhor deputado Álvaro Costa, quanto aos sanitários do Samouco, referiu que a obra que está a ser efetuada tem a assinatura do atual executivo, não tendo a mesma sido efetuada de forma leviana, foi executada depois de auscultada a Junta de Freguesia do Samouco e, sobretudo, pessoas que frequentam diariamente a praça da República, tendo o próprio falado com várias pessoas do Samouco. Considera que a casa de banho que existia era um mono que estava completamente desajustado do espaço, podendo lhe ser dito que as casas de banho só não eram utilizadas porque precisavam de ser requalificadas, mas a sua pessoa tem uma perspetiva diferente. Adiantou que os serviços não têm memória da última vez que alguém tomou banho nos balneários existentes no jardim do Coreto, em Alcochete, e informou que no Passil não existem sanitários públicos, existe na Fonte da Senhora, mas que para além dos atos de vandalismo que lá ocorrem, não são praticamente utilizados. Afirmou que atualmente são raras as pessoas que tomam banho nos sanitários públicos. No caso dos sanitários do Samouco, faz todo o sentido para o executivo substituir o mono que existia por algo mais moderno e mais atrativo, até porque ficam situados na praça principal do Samouco. Informou que a casa de banho que vai ser instalada é uma casa de banho que dará tanto para homens, como para mulheres e também para deficientes, portanto está preparada para acolher pessoas em cadeira rodas, informando ainda que na altura das festas do Samouco a autarquia irá alugar casas de banho portáteis.

Quanto aos ciprestes, mencionou que nunca tinha ouvido falar na teoria que os ciprestes são uma árvore de cemitério, até porque quando o atual executivo tomou posse, verificou a existência de muitos ciprestes espalhados pelo concelho, veja-se a rotunda do *Freeport* e não foi o atual executivo que os plantou, plantou apenas em frente ao condomínio do “Tagus Bay” e à volta do muro do complexo desportivo do Grupo Desportivo Alcochetense. É uma

árvore que não prejudica a saúde, ao contrário de outras que existem e dá sombra quando está crescida e adulta.

– Álvaro Costa, bancada da CDU

Mencionou que o senhor presidente da câmara está a defender um projeto que diminui os serviços e as condições em termos sanitários à população do Samouco. Quando abordou a questão de os balneários terem duche, foi só no sentido de referir que os mesmos tinham essas condições, tendo os mesmo sido utilizados e, muito, durante muitos anos. Afirmou que os balneários eram constantemente utilizados e quando por qualquer motivo eram encerrados, os comerciantes reclamavam porque as pessoas utilizavam as casas de banho dos estabelecimentos. Não considera que os balneários eram um mamarracho, pelo contrário estavam bem enquadrados em termos de malha urbana e bem localizados. Cada um terá a sua opinião, sobre este tema e sobre todos os assuntos, contudo existem factos e o facto é que a população do Samouco ficou pior do que estava no que diz respeito às instalações sanitárias. Espera que não destruam, mas que recuperem com materiais mais modernos as instalações sanitárias sitas por detrás da Igreja Matriz de Alcochete, bem como, as sitas em São Francisco e Fonte da Senhora. Considera que havia a possibilidade de adaptar as instalações sanitárias do Samouco com condições para acesso a deficientes e, possivelmente, não era preciso gastar muito dinheiro. O senhor presidente diz que foi efetuada uma auscultação à população do Samouco por sua parte, porém, eventualmente, apenas contactou meia dúzia de pessoas que se encontravam no largo e, possivelmente, não lhes disse que iriam destruir as instalações existentes e não explicou o tipo de casas de banho que iriam ser instaladas, dado que a obra ainda não está completa e muitas pessoas perguntam como é que vai ser a casa de banho.

– Presidente da assembleia

Referenciou que se está perto de um ato eleitoral, pelo que as pessoas avaliarão se a opção foi boa ou não.

- Diogo Mourão, bancada do PS

Questionou o deputado Álvaro Costa por que motivo, quando foi efetuado o arranjo da praça da República, no Samouco, julga que em 2017 e, dado que as casas de banho que já se encontravam degradadas, porque não foram englobadas no projeto.

- Álvaro Costa, bancada da CDU

Em resposta, para explicar o motivo referiu que em 2017, o último orçamento da responsabilidade da CDU, o total das receitas brutas foram €15.655.363,00 e as despesas foram de €13.285.000,00. As receitas do ano de 2013 foram de €12.000.000,00, em 2014, de €12.000.000,00, em 2015 de €14.000.000,00, em 2016, €15.000.038,00 e em 2017, €15.655.000,00, num total de 2013 a 2017 de €69.202.000,00. Nos orçamentos do Partido Socialista, a receita global bruta no ano de 2018 foi de €22.457.000,00, em 2019 foi de €18.940.000,00, em 2020 foi de €24.724.000,00, em 2022 foi de €27.240.000,00, em 2022 foi de €32.668.000,00, em 2023 foi de €30.454.000,00 e em 2024 foi de €28.962.000,00, sendo que para o ano de 2025 estão orçados €33.000.000,00, que dá um total dos anos de €218.000.000,00. Comparando, é ver o que a CDU fez com €69.000.000,00 e o que o PS fez com €218.000.000,00, pelo que é nesta perspetiva de gestão que se tem de falar. Logicamente que não foram remodelados na altura os sanitários do Samouco, juntamente com o largo, porque não havia capacidade financeira, mas mesmo assim quando o atual executivo tomou posse as contas estavam equilibradas e havia uma capacidade de endividamento de €2.000.000,00, sendo que o maior orçamento da CDU foi de €15.655.000,00.

Do somatório dos €218.000.000,00 foram aplicados em despesa €188.766.000,00, portanto é uma diferença de €30.207.000,00, ou seja, desafogo total e, nem por isso, o Partido Socialista cumpriu com aquilo que tinha prometido à população, nem com este desafogo financeiro extraordinário

que a câmara municipal teve, que nunca teve, pelo que julga que se a gestão fosse efetuada de outra forma haveria mais proveito para a população. Considera que o atual executivo se comprometeu com a realização de obras, mas não as chegou a realizar muitas delas, como por exemplo, a reabilitação do Albergue da Juventude.

– Presidente da assembleia

Interrompeu o deputado para dizer que o mesmo não estava a responder à questão que lhe foi colocada, apenas estava a falar em valores e não disse a razão para o qual foi questionado. Adiantou que a conversa de comparação orçamentos lhe causava algum desconforto, porque não se pode estar a comparar números quando os valores não são os mesmos, dado que no ano de 2014 o salário mínimo era de €485,00 e atualmente é de €870,00, ou seja, o custo da mão de obra na câmara municipal passou para o dobro, ocupa 50% ou 60% do orçamento do município, há custos devido à centralização de competências que o município teve de assumir e alguns orçamentos estão inflacionados pelas verbas que o Estado transferiu, por aquilo que a câmara assumiu, portanto não é uma receita tão pura como o deputado diz. Por exemplo, a câmara municipal recebeu a despesa com a educação e recebeu a verba da educação, como outros, pelo que se retirar os valores recebidos no âmbito da descentralização de competências, não existe esse desfasamento referido nos orçamentos.

– Álvaro Costa, bancada da CDU

Continuando a sua intervenção referiu que o atual executivo não reabilitou o Albergue da Juventude, não efetuou a obra de construção da ciclovia de São Francisco a Alcochete, não adquiriu a “Casa Mirante” do Samouco, perguntando onde está o Polo de Saúde de São Francisco, a nova escola integrada de Alcochete, a reabilitação da praça da Liberdade do Samouco, a requalificação da Escola 2, 3 El Rei D. Manuel I, a limpeza do reservatório do Samouco, a agência bancária do Samouco, ou seja compromissos eleitorais

que o Partido Socialista assumiu e com base nesses compromissos ganhou as eleições. Considera que os números que falou em termos de orçamento não podem ser analisados só na perspetiva referida pelo senhor presidente da assembleia, sendo certo que houve custos acrescidos às despesas da câmara municipal. O que quis demonstrar é que existe grande desafogo financeiro, ao contrário do que aconteceu na gestão da CDU, que no último mandato recuperou da dívida existente €7.000.000,00, com orçamentos entre €11.000.000,00 e €15.000.000,00.

– Presidente da assembleia

Mencionou que o Partido Socialista não poderia fazer obras na Escola 2,3 El Rei D. Manuel I porque a mesma pertencia ao Estado e a Câmara não podia lá intervir. O que o Partido Socialista disse na altura é que iria pugnar para que o Estado fizesse as obras na escola.

– Presidente da câmara

Começou por referir que os orçamentos do Partido Socialista em termos de volume nada têm a ver com os orçamentos de legislaturas anteriores, mas também não deixa de ser verdade que esses orçamentos dispararam significativamente em termos de valores, porque neles estão integradas as verbas do Plano de Recuperação e Resiliência, as verbas das Operações Integradas, as verbas do Quadro Comunitário e as verbas da descentralização de competências. Quando se atingiu valores de €28.000.000,00, onde já está integrado o Saldo de Gerência, só no que diz respeito às comunidades desfavorecidas, no âmbito do PRR está-se a falar de €4.500.000,00 que se repercutem em vários anos, ou seja, a receita dispara por força dessa circunstância. Também quando se está a falar do PRR através da habitação social, as receitas também aumentam, no âmbito da descentralização de competências a autarquia herdou mais de uma centena de trabalhadores da esfera da educação e o Estado envia a verba alusiva a esses trabalhadores que é alocada também ao orçamento, portanto, se subtrairmos todas essas

verbas, o orçamento não será de €28.000.000,00, anda por volta dos €18.000.000,00/€19.000.000,00.

Em relação à casa de banho, como já tinha referido, foi uma opção do atual executivo, depois de auscultado a Junta de Freguesia do Samouco e a população da freguesia. E assim, o Samouco vai ter um sanitário que é o último grito da geração de sanitários públicos, é um produto originário de Itália que vai dar dignidade à praça da República, no Samouco, pelo que não aceita que lhe digam que está a prejudicar a população do Samouco.

Relativamente àquilo que o Partido Socialista prometeu e que não cumpriu, asseverou que no Samouco foi efetuado o maior investimento dos últimos 20 anos, com a requalificação e ampliação da escola básica, porém o atual executivo não ficou por aí, requalificou o campo da bola, requalificou o pavilhão, requalificou o polidesportivo, requalificou um conjunto alargado de estradas, requalificou os parques infantis, requalificou o largo da Quinta da Caixeira e requalificou o interior do depósito da água e não fez mais porque até há pouco tempo se estava a discutir o aeroporto complementar na Base Aérea, pois se o aeroporto complementar fosse para a Base Aérea do Montijo, cuja porta de entrada era o Samouco, o depósito de água tinha que ser selado. Salientou que no programa eleitoral do Partido Socialista existe uma afirmação que diz: “o nosso compromisso eleitoral não se esgota apenas e só em quatro anos”, quer isso dizer que o quando o Partido Socialista apresenta os seus projetos não se limita apenas ao mandato, projeta o futuro com aquilo que entende ser o melhor para a população, quem vier a seguir, se quiser aproveita a oportunidade e a ideia, fica à sua responsabilidade.

Quanto ao Albergue da Juventude, cujo projeto já está pronto, está-se a falar de uma verba de €1.500.000,00 para realizar a obra, ou seja, vai-se gerindo as prioridades e ainda não foi efetuada, como não foram efetuadas outras obras. Afirmou que em nenhum programa eleitoral do Partido Socialista está escrito que a autarquia ia comprar a “Casa do Mirante” no Samouco, o que está escrito é que ia desenvolver os procedimentos para poder adquirir a mesma e isso foi

feito, mas a proprietária pediu pela “Casa do Mirante” €650.000.000,00 e por esse valor foi entendimento do atual executivo não avançar com o negócio, até porque seria necessário um encargo bastante grande para recuperar o edifício. Referenciou que não conhecia a praça da Liberdade, no Samouco, talvez o senhor deputado se queria referir à praça José Coelho e não se lembra de ter prometido uma agência bancária para o Samouco, até porque não é uma coisa que dependa de si.

Mencionou que não obstante todas as dificuldades, desde o dia 1 de janeiro do ano de 2018 e até ao mês de novembro de 2024, o executivo gastou aos cofres públicos, mais de €22.000.000,00 em investimentos que marcaram a vida das pessoas e por isso é o Partido Socialista está com uma moldura de maioria absoluta, quer em câmara, quer em assembleia municipal, porque aquilo que fez foi em prol das pessoas. Foram investidos no setor de ação social mais de €3.000.000,0, requalificou estradas num valor de mais de €6.000.000,00, entre outros investimentos, havendo ainda muito trabalho para fazer, agora tem de ser valorizado aquilo que foi efetuado e em relação àquilo que não feito, diz: ainda não foi feito. Em quatro anos, muito dificilmente, uma câmara consegue fazer um desenho, um projeto, realizar um financiamento, lançar um procedimento concursal e fazer a obra, dado a burocracia administrativa e as condicionantes que se vive nos dias de hoje no país, isto é, a falta de mão de obra que deixa os concursos desertos, veja-se a execução do PRR, em que provavelmente o nosso país vai ficar mal na fotografia junto da União Europeia, porque não vai conseguir executar aquilo que era previsível, porque não existem o número de empresas suficientes, no âmbito da construção civil e as que existem têm muita dificuldade em ter mão de obra para fazer trabalho. O senhor presidente da assembleia na sua intervenção disse que o ordenado mínimo em 2014 era de €485,00, hoje é de €870,00, porém as pessoas continuam a ter dificuldades em se vestir, em poder proporcionar educação aos seus filhos, em poder ter um cabaz digno de alimentação, portanto, continua a haver uma grande dificuldade, que tem muito a ver com os vencimentos médios, o salário mínimo subiu, mas a média dos salários não acompanhou a evolução do salário mínimo.

Por fim, referiu que o atual executivo, ao longo dos últimos sete anos gastou muito dinheiro público, porém esse gasto é visível nas escolas, nas estradas, nos edifícios municipais, nos equipamentos desportivos, no apoio a quem zela pela nossa segurança e socorro, nos apoios ao movimento associativo, às comissões de festas que têm um papel preponderante na manutenção e preservação da identidade cultural, havendo, contudo, obras ainda por realizar, mas que serão efetuadas seguramente.

– Álvaro Costa, bancada da CDU

Declarou que não disse que não houve investimento, que não foram realizadas obras, porque foi realizada obra e muitas delas, das mais importantes, eram projetos que vieram do mandato anterior. Considera que uma gestão CDU teria outro procedimento e outra forma de tratar os investimentos e as verbas recebidas. No que diz respeito àquilo que é necessário fazer e como prioritário para o concelho, aludiu que existem visões diferentes.

– Presidente da câmara

Referenciou se todos tivessem as mesmas ideias, não fazia sentido a assembleia municipal estar separada da forma como está, todavia, as ideias são sufragadas pelo voto popular, portanto são as pessoas que definem se o que foi realizado pelo Partido Socialista é compatível de merecer a sua confiança, no final de cada ciclo autárquico. Ao longo dos últimos dois mandatos, a população entendeu depositar no Partido Socialista a confiança necessária para o desenvolvimento do seu trabalho, nas próximas eleições a população decidirá o futuro do município de Alcochete.

Posteriormente, ao abrigo da alínea f), do artigo 20.º do regimento da Assembleia Municipal, usaram da palavra os seguintes membros:

- Diogo Mourão, bancada do PS

Apresentou o seguinte Voto de Louvor “Coletividades do Concelho”:

«Os elementos da bancada do Partido Socialista da Assembleia Municipal vêm por este meio louvar as inúmeras coletividades do concelho, que comemoraram os seus aniversários recentemente, e que passamos a enumerar:

- O Motoclube do Samouco “Os Flamingos”, criado a 30 de novembro de 2000, e que após ter passado por um interregno, foi refundado em abril de 2022 com mais força e dinamismo;
- A Casa da Malta de Alcochete, que no passado dia 1 de maio, completou o seu quadragésimo segundo aniversário;
- O Grupo de Forcados Amadores do Aposento do Barrete Verde, fundado a 22 de maio de 1965, pelo seu sexagésimo aniversário, assinalando os 60 anos da arte e defesa da tradição taurina do grupo mais antigo do concelho;
- O Vulcanense Futebol Clube, que no passado dia 10 de junho, dia de Portugal, comemorou 63 anos de existência a promover a prática desportiva no concelho de Alcochete;
- O Agrupamento 223 do Corpo Nacional de Escutas, fundado a 24 de junho de 1966, pelo seu quinquagésimo nono aniversário, que muito dignificam os ideais de Robert Baden-Powell e o Escutismo no nosso concelho;
- O Grupo de Forcados Amadores de Alcochete, fundado a 24 de junho de 1971, pelo seu quinquagésimo quarto aniversário, no que à prática da arte de pegar toiros e defesa da festa brava bem elevam o nome de Alcochete, em Portugal e além-fronteiras;
- O Grupo Motard do Convento de São Francisco, fundado a 25 de junho de 2000, pelos seus vinte e cinco anos de existência.

Louvamos também a Comissão de Festas da Festa de Confraternização Camponesa de São Francisco pela 51.^a edição das Festas de Confraternização Camponesa de São Francisco, que se realizou entre os dias 29 de maio e 1 de junho. Foram dias vividos com gáudio pelos habitantes e por quem visitou a freguesia, onde não faltou animação e um programa vasto.

Solicita-se à presente Assembleia Municipal, reunida ordinariamente a 20 de junho de 2025, que este Voto de Louvor seja remetido para todas as entidades acima mencionadas.»

Submetida à discussão, não se registaram-se intervenções:

Submetido à votação, o Voto de Louvor foi aprovado por unanimidade.

José Tavares, em nome do PS, apresentou a seguinte declaração do voto:

«Apesar de já ter sido lida a declaração de voto às Festas de Confraternização Camponesa de São Francisco, queria aqui publicamente mostrar o meu agradecimento e reconhecimento à Comissão de Festas pelas festas que realizaram e apelar a que se mantenham e que consigam levar por diante esta tradição. É de facto a cultura de um povo e esperamos que quando eles acabarem apareçam novos elementos. Uma palavra de agradecimento só para a Comissão de Festas pelo trabalho que fez e que assim continue.»

– Joel Rodrigues, bancada do PS

Apresentou o seguinte Voto de Mérito Desportivo:

«Os eleitos da bancada do Partido Socialista da Assembleia Municipal de Alcochete vêm por este meio apresentar um Voto de Mérito Desportivo aos lutadores de MMA do Samouco, José Machado e Rui Morgado, por mais uma conquista nas suas carreiras.

No passado dia 7 de junho, o campeão nacional oriundo do nosso concelho, José Machado, obteve mais uma importante vitória de luta profissional de MMA, vencendo o lutador Nathan de Lima, na Suíça, na categoria de -66Kg, um duelo que contou para o *Lions Fighting Championship*, a mais importante competição de MMA profissional.

Enquanto no passado dia 14 de junho, Rui Morgado, lutador amador de MMA, também do Samouco se sangrou Campeão Nacional, no campeonato Sénior, da responsabilidade da Federação Portuguesa de Lutas Amadoras, que decorreu no Entroncamento.

O concelho de Alcochete orgulha-se de mais estes feitos extraordinários dos atletas José Machado e Rui Morgado, que assim continuam a celebrar vitórias extraordinárias e a honrar a bandeira de Portugal, do Brasão de Alcochete e da vila do Samouco.

Solicita-se à presente Assembleia Municipal, reunida ordinariamente a 20 de junho de 2025, que este Voto Mérito Desportivo seja votado e remetido para os atletas José Machado e Rui Morgado.»

Submetido à discussão não se registaram intervenções.

Submetido à votação, o Voto de Mérito foi aprovado por unanimidade.

– Diogo Mourão, bancada do PS

Apresentou o seguinte Voto de Mérito Desportivo “Grupo Desportivo Alcochetense”:

«Os eleitos da bancada do Partido Socialista da Assembleia Municipal de Alcochete vêm por este meio apresentar um Voto Mérito Desportivo ao Grupo Desportivo Alcochetense (GDA), pela conquista alcançada no passado dia 24 de maio, do título de Campeão da 1.ª Divisão Distrital da Associação de

Futebol de Setúbal, garantindo, assim, a subida ao Campeonato de Portugal na próxima época desportiva.

Alcochete celebrou o regresso aos campeonatos nacionais, feito que remontava à longínqua época de 2011/2012, precisamente há 13 anos, numa 30.^a e última jornada decisiva da I Divisão da AF Setúbal, em que o GDA venceu, por 4-2, no estádio do GD Alfarim, a equipa da casa, garantindo o primeiro lugar, com 69 pontos – correspondentes a 21 triunfos, seis empates e três derrotas – e também a subida ao Campeonato de Portugal, na próxima época.

Este feito reflexo do trabalho, dedicação e espírito de resiliência de todos, desde a direção, equipa técnica, consultor desportivo e atletas, tem por base um projeto claro de garra e de caminho para a profissionalização do Clube, encheu a população de orgulho e vestiu Alcochete de verde e branco, para celebrar esta almejada conquista no palmarés do GDA.

A todos os atletas, equipa técnica e órgãos diretivos endereçamos as maiores felicitações por este feito histórico que engrandece o nosso concelho.

Solicita-se à presente Assembleia Municipal, reunida ordinariamente a 20 de junho de 2025, que este Voto de Mérito Desportivo seja votado e remetido para os órgãos diretivos do GDA.»

Submetido à discussão, não se registaram intervenções.

Submetido à votação, o Voto de Mérito foi aprovado por unanimidade.

– Ana Maduro, bancada do PS

Apresentou o seguinte Voto de Mérito Desportivo “Mestre Hélder Balão”:

«Os eleitos da bancada do Partido Socialista da Assembleia Municipal de Alcochete vêm por este meio apresentar um Voto de Mérito Desportivo ao *Zenduu-Ryu Jujutsu*, do Mestre Hélder Balão, pertencente ao Futebol Clube de São Francisco.

Durante os dias 13, 14 e 15 de junho, esta escola teve presente no *Mediterranean Open 2025*, que decorreu em Roma, com excelentes prestações, das quais se destacam um 9.º lugar, para o atleta Francisco Silva; um 5.º lugar para Gonçalo Silva; três medalhas de prata para os atletas Simão Vitória, Matilde Amaral e Vicente Campos; e três outras medalhas de ouro, para os atletas João Fonseca, João Duarte e Diogo Fragata.

É com grande orgulho que reconhecemos os excelentes feitos e apoiamos as escolas e organizações de desporto infantil, não só pelas conquistas desportivas, mas também pelo bem que fazem ao crescimento das nossas crianças. Que este trabalho de mérito assim continue, para bem da formação dos jovens atletas e das famílias das nossas freguesias.

Solicita-se à presente Assembleia Municipal, reunida ordinariamente a 20 de junho de 2025, que este voto de Mérito Desportivo seja votado e remetido para a escola *Zenduu-Ryu Jujutsu*, o seu Mestre Hélder Balão e para as famílias dos jovens dos atletas.»

Submetido à discussão, não se registaram intervenções.

Submetido à votação, o Voto de Mérito foi aprovado por unanimidade.

Seguidamente, o senhor presidente da assembleia municipal solicitou a inclusão dos seguintes pontos na Ordem do Dia, sob proposta da câmara municipal de 11 de junho de 2025:

- Proposta de Delimitação de 4 áreas de Reabilitação Urbana – Samouco, S. Francisco, Valbom e Fonte da Senhora;

- Celebração de Protocolo com o Centro Social São Brás do Samouco – Encargos Plurianuais;
- Procedimento de Concurso Público para “Aquisição de Licenciamento de *Software Microsoft* para os anos de 2026, 2027 e 2028” – Encargos Plurianuais;
- Procedimento de Concurso Público para “Aquisição de Bens Alimentares para os Refeitórios Escolares e Municipal, durante o ano de 2026” – Encargos Plurianuais.”

Submetido à discussão e votação, a inclusão dos pontos na Ordem do Dia, foi aprovada por unanimidade.

Os pontos ficaram numerados como pontos 4, 5, 6 e 7, respetivamente.

Continuamente deu conhecimento das informações apresentadas pelo senhor presidente da câmara para inclusão de mais 3 pontos na Ordem dia, dado a urgência da assembleia municipal deliberar sobre os assuntos, nomeadamente:

- Procedimento de Concurso Público para “Serviço de Manutenção de Espaços Verdes no Município de Alcochete” – Encargos Plurianuais;
- Procedimento Público para “Serviços de Aplicação de Herbicida e Deservagem, no Município de Alcochete” – Encargos Plurianuais;
- Procedimento de Concurso Público para a “Empreitada da 1.ª Fase da Requalificação do Campo de Futebol 11 do Passil” – Processo I - 03_25/CP – Encargos Plurianuais.

Submetido à discussão e votação, a inclusão dos pontos na Ordem do Dia, foi aprovada por unanimidade.

Os mesmos ficaram numerados como pontos 8, 9 e 10, respetivamente.

Sob indicação da câmara municipal de 11 de junho apresentou a proposta referente à Repartição do Fundo de Equilíbrio (FEF) para o ano de 2026 para conhecimento da assembleia municipal.

O presidente da assembleia propôs a realização de intervalo por um período de 5 minutos, o que foi aceite.

PERÍODO DA ORDEM DO DIA

PONTO 1 – INFORMAÇÃO ESCRITA DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA SOBRE A ATIVIDADE DO MUNICÍPIO, BEM COMO DA SITUAÇÃO FINANCEIRA

A assembleia tomou conhecimento.

PONTO 2 - 3.ª REVISÃO AO ORÇAMENTO DA RECEITA, AO ORÇAMENTO DA DESPESA E ÀS GRANDES OPÇÕES DO PLANO (PPI E AMR'S) DE 2025

Proposta aprovada por unanimidade na reunião da Câmara Municipal de 28/05/2025:

- «1 - A terceira revisão ao Orçamento da Receita reforçou rubricas no montante de €1.231.851,00 apresentando um saldo positivo no mesmo valor.
- 2. A terceira revisão ao Orçamento da Despesa reforçou rubricas no montante de €1.231.851,00 registando um saldo positivo no mesmo valor.
- 3. A terceira revisão às Grandes Opções do Plano, apresenta uma modificação com o saldo de €1.131.851,00 que se reflete no Plano Plurianual de Investimentos e nas Atividades Mais Relevantes.

4. O Plano Plurianual de Investimentos procedeu à criação de rubrica perfazendo um saldo de €20.100,00.
5. As Atividades Mais Relevantes procederam a reforços perfazendo um saldo de €1.111.751,00.

Assim proponho:

1. A terceira revisão ao Orçamento da Receita reforçou rubricas no montante de €1.231.851,00 apresentando um saldo positivo no mesmo valor;
2. A terceira revisão ao Orçamento da Despesa reforçou rubricas no montante de €1.231.851,00 registando um saldo positivo no mesmo valor;
3. A terceira revisão às Grandes Opções do Plano, apresenta uma modificação com o saldo de €1.131.851,00 que se reflete no Plano Plurianual de Investimentos e nas Atividades Mais Relevantes;
4. Que a presente proposta seja remetida à Assembleia Municipal para aprovação.»

Submetida à discussão, registou-se a seguinte intervenção:

- Presidente da câmara

Informou que a proposta apenas tem a finalidade de reforçar o Orçamento na parte da Receita, para se poder executar os compromissos assumidos com as entidades Amarsul e Simarsul, ou seja, existe a necessidade de reforço de rubricas para execução dos compromissos referidos no montante de €1.231.851,00.

Submetida à votação, a proposta foi aprovada por maioria, com 20 votos a favor (15 do PS e 5 da CDU) e 3 abstenções (2 do CDS-PP e 1 do PSD).

PONTO 3 - SAÍDA DO MUNICÍPIO DE ALCOCHETE DA AMRS – ASSOCIAÇÃO DE MUNICÍPIOS DA REGIÃO DE SETÚBAL

Proposta aprovada por maioria, com 4 votos a favor do PS e 2 votos contra da CDU, na reunião da Câmara Municipal de 28/05/2025:

«A Associação de Municípios da Região de Setúbal (AMRS) foi criada em 1983, sob a denominação de Associação de Municípios do Distrito de Setúbal (AMDS), com o objetivo de agregação coletiva dos diversos municípios que integravam o distrito, e a definição de uma estratégia comum para o território em causa.

Vinte anos depois da sua constituição, a associação passa a designar-se por Associação de Municípios da Região de Setúbal (AMRS), fruto de alterações decorrentes de ações governativas tal como alegou, passando a integrar os municípios de Alcácer do Sal, Alcochete, Almada, Barreiro, Grândola, Palmela, Moita, Montijo, Santiago do Cacém, Seixal, Sesimbra e Setúbal.

Na presente data e tal como consta nos seus estatutos, esta associação encontra-se constituída sob a forma de pessoa coletiva de direito público, a qual tem como objetivo a realização de interesses específicos comuns aos municípios que a integram.

Os municípios de Almada, Barreiro e Moita já não associados, apresentando como fundamento o facto desta associação ter, gradualmente, se afastado do objetivo a que se propôs, desenvolvendo ações que não são o seu principal foco e que deram origem à assunção de encargos consideravelmente avultados.

Partilhando deste entendimento, em 2017, o Município de Alcochete, em conjunto com outros municípios, encetou diversos contactos e diligências junto da AMRS, no sentido da redução destas despesas, bem como do reposicionamento da atuação da mesma, com o objetivo de que o seu trabalho constituísse uma mais-valia para o município e uma maior proximidade daquilo que são os interesses e necessidades dos diversos munícipes.

Aliás, desde 2017 que o município de Alcochete tem demonstrando junto do Conselho Diretivo desta associação o seu desagrado face a estas questões, tendo inclusivamente, e apesar de ocupar o lugar da Vice-Presidência neste órgão, transmitido a sua intenção de saída da AMRS dada a continuidade dos pressupostos supra expostos.

Senão veja-se.

Desde 2017 até à presente data, em conformidade com o previsto no artigo 21.º, n.º 1, alínea a), dos Estatutos da AMRS, a Câmara Municipal de Alcochete despendeu a quantia pecuniária de €440.696,56 (quatrocentos e quarenta mil, seiscentos e noventa e seis euros e cinquenta e seis cêntimos) a título de quotização, bem como de €106.050,00 (cento e seis mil e cinquenta euros) relativos ao serviço do Setúbal Península Digital, perfazendo o total de €546.746,56 (quinhentos e quarenta e seis mil, setecentos e quarenta e seis euros e cinquenta e seis cêntimos), valor que consideramos bastante elevado face ao retorno efetivo prestado pela mesma, comparativamente ao que esta edilidade, por exemplo, despende com a Área Metropolitana de Lisboa, que efetuou o pagamento de €103.503,58 (cento e três mil, quinhentos e três euros e cinquenta e oito cêntimos), em período homólogo, e cuja utilidade é inquestionável.

Não obstante a tentativa da AMRS de proceder à redução de algumas das despesas do seu orçamento, até pela diminuição considerável das suas receitas originada pela saída dos municípios de Almada, Barreiro e Moita, verifica-se a continuidade de uma quotização bastante elevada, o que exige um

esforço orçamental da parte do Município de Alcochete não correspondente ao retorno efetivo proporcionado pela atividade da AMRS.

Neste contexto e tendo em consideração aquilo que deve ser o princípio de uma gestão responsável, consciente e refletida por parte dos executivos municipais/eleitos locais, decorrente, também, do papel de representatividade de todos os munícipes do concelho, bem como da imprescindível monitorização do retorno de cada despesa efetuada, a saída do Município de Alcochete da AMRS – Associação dos Municípios da Região de Setúbal deve ser uma realidade.

Até porque, na presente data, encontramos-nos num processo de constituição de uma Comunidade Intermunicipal da Península de Setúbal que tem como atribuições, entre outras, a promoção do planeamento e da gestão da estratégia de desenvolvimento económico, social e ambiental do território abrangido e a participação na gestão de programas de apoio ao desenvolvimento regional, designadamente no âmbito de fundos europeus.

Assim, considerando que:

- a) A Associação de Município da Região de Setúbal (AMRS) é uma entidade coletiva de direito público que tem como objetivo a realização de interesses específicos comuns aos municípios que a compõem, conforme previsto no preceituado dos seus estatutos – artigo 2.º;
- b) De acordo com o artigo 24.º que disciplina a saída dos associados, “Após a sua integração na Associação, os municípios ficam obrigados a nela permanecerem durante um período de três anos, sob pena de perderem todos os benefícios financeiros e administrativos.”;
- c) O Município de Alcochete é associado da AMRS há mais de três anos;

- d) Findo esse período temporal, qualquer município pode abandonar a Associação, desde que a respetiva assembleia municipal delibere neste sentido por maioria simples – artigo 24.º, n.º 2 dos referidos estatutos;
- e) O Capítulo IV, do Título III, do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação, disciplina a matéria sobre associações de freguesias e de municípios de fins específicos, após o artigo 3.º, alínea f), deste diploma legal ter revogado expressamente a Lei n.º 45/2008, de 27 de agosto, relativa ao regime jurídico do associativismo municipal;
- f) O artigo 65.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação, prevê que “As autarquias locais integrantes de uma comunidade intermunicipal ou de uma associação de fins específicos podem a todo o tempo abandoná-las, mediante deliberação à pluralidade de votos do respetivo órgão deliberativo”;
- g) Os estatutos da AMRS encontram-se em conformidade com o previsto nos citados diplomas legais, pelo que qualquer dos seus associados, desde que cumprido o tempo mínimo de permanência de três anos, podem sair da referida associação;
- h) É competente para deliberar a saída de um dos associados a assembleia municipal, mediante deliberação por maioria simples, conforme previsto no artigo 24.º, n.º 2, dos Estatutos da Associação de Município da Região de Setúbal, nos artigos 65.º e 33.º, n.º 1, alínea ccc), do já identificado Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua versão atual, conjugado com o artigo 25.º, n.º 2, alínea u), do mesmo diploma.

Face aos fundamentos de facto e de direito supra expostos, propõe-se que o órgão colegial executivo do município delibere favoravelmente:

- a) A saída do Município de Alcochete da AMRS – Associação de Municípios da Região de Setúbal com efeitos ao dia 30 de setembro de 2025;
- b) Submeter a presente deliberação ao órgão colegial deliberativo do município para votação, nos termos e efeitos suprarreferidos.»

Submetida à discussão, registaram-se as seguintes intervenções:

- Presidente da câmara

Começou por referir que o atual executivo desde que assumiu funções em outubro de 2017, sempre teve intenções de abandonar a Associação de Municípios da Região de Setúbal, pecando a presente proposta por tardia, mas porque primeiro houve a necessidade de dotar o município de alternativas, por administração direta, para conseguir desenvolver aquilo que atualmente a associação proporciona, que é, praticamente guardar, fazer os *backups* da documentação e manter vivo o *site* da câmara municipal.

Afirmou que o município de Alcochete, através da sua pessoa, sempre teve uma atitude correta com a AMRS, ao ponto de mesmo com esta vontade demonstrada desde o primeiro momento, de ter sido convidado pelo presidente do Conselho Diretivo a assumir funções de vice-presidente do Conselho Diretivo, facto que não achou muito correto, tendo em conta que o seu propósito era encontrar as ferramentas necessárias para que o município de Alcochete ganhasse autonomia para se libertar da AMRS. O Conselho Diretivo percebeu as suas intenções e entendeu que isso não era motivo impeditivo de sua pessoa assumir essas funções. Funções que está a assumir até ao presente momento.

O Partido Socialista teve de alguma forma uma leitura similar à sua e outros municípios com outras capacidades desde logo abandonaram a associação, nomeadamente os municípios de Almada, Barreiro e Moita. Municípios que

representam do ponto de vista da associação de municípios uma grande fatia do que é elencado no Orçamento da associação. A Câmara Municipal de Alcochete foi fazendo o seu trabalho e agora está em condições de deixar de fazer parte da AMRS. Entende que a associação esgotou aquilo que era a sua atividade, ou seja, deixou de fazer formações, o que antigamente acontecia junto dos trabalhadores da autarquia, muito provavelmente porque o Orçamento não permite contemplar esse trabalho, tendo em conta as saídas dos municípios de Almada, Barreiro e Moita. Deixou de dar aconselhamento sobre novas legislações e neste momento não existe a dinâmica que deveria existir, exceção feita ao Plano Estratégico PEDEPS, mas que acha que o mesmo se perdeu no tempo. Os tempos de hoje são tempos que exigem outro tipo de planeamento, outra agressividade e dinâmicas que o PEDEPS não contempla. Depois, para além destes pressupostos que no entendimento do executivo são matérias suficientes para não se vislumbrar futuro entre as duas entidades, existe a necessidade de fazer contas. Atualmente o Município de Alcochete está ligado à Área Metropolitana de Lisboa (AML) que proporciona aquilo que outrora a AMRS possibilitou e que agora deixou de fazer, oferecendo um conjunto alargado de formações, emite pareceres e aconselhamento sobre legislação e também na área das candidaturas abrangidas pelo seio da AML. Também a criação da Comissão Intermunicipal (CIM) irá dotar o Município de Alcochete e os municípios da península de Setúbal de características muito mais vantajosas do ponto de vista dos financiamentos comunitários.

Reportando-se à questão financeira, salientou que a autarquia junto da AMRS, trabalha com duas entidades, a própria AMRS e a Península Digital, e entre o ano de 2017 e o ano de 2023 a Câmara Municipal de Alcochete pagou uma quota anual à AMRS de €46.804,00. Desde o início do ano de 2024 a quota anual passou a ser de €55.632,00 que para além desse valor anual também paga anualmente o valor de €12.600,00 pelo serviço da Península Digital. Grosso modo, desde o ano de 2017 até à presente data o Município de Alcochete pagou à AMRS €546.746,56 e o que recebeu em troca, na sua perspetiva, foi muito pouco comparativamente ao valor despendido. Na Área Metropolitana de Lisboa até o ano de 2023 foi pago um valor anual de

€8.944,00. A partir do ano de 2023 o valor passou para €29.919,17 (valor anual), ou seja, desde o ano de 2017 e até à presente data foi pago o montante de €103.503,58 a esta entidade. Assim, não tem dúvidas da utilidade desta verba, comparativamente a mais de €500.000,00 que é pago à AMRS.

Recordou que ao abrigo da Península Digital, o valor anual de €12.600,00 é um valor que permite o município estar ligado entre os diversos edifícios através de um sistema de arcaico, em que não vislumbra por parte da AMRS forma de alterar, que é o sistema de antenas. Deste modo, a pensar no futuro a autarquia fez por administração direta um trabalho que permite os edifícios estarem ligados através de fibra ótica, estando assim preparada para responder aos desafios do futuro com autonomia, estando no momento a ser efetuado o *site* da câmara municipal.

Salientou que o Município de Alcochete está disponível para integrar no seu quadro, caso, eventualmente, a AMRS venha a fechar portas, os trabalhadores que laboram na associação, contudo espera que tal não venha a acontecer, espera que a associação continue o seu caminho, considerando, contudo que não será pela saída do município de Alcochete que do ponto de vista financeiro não tem o mesmo impacto que teve a saída dos municípios de Almada, Barreiro e Moita, que a associação encerrará as suas portas.

Por fim, mencionou que a decisão do executivo de saída da AMRS não foi tomada agora, é uma decisão que agora é apresentada, porque apenas atualmente estão reunidas as condições para o efeito. Ainda assim, se está a dar o tempo final, o final do mês de setembro para que a associação não seja dificultada por esta tomada de posição.

– Álvaro Costa, bancada da CDU

Referiu que lamenta esta decisão do executivo em abandonar a AMRS e lamenta porque entende que o concelho vai ser prejudicado. Informou que fez parte do Conselho de Administração da AMRS durante quatro anos, pelo que

conhece a associação e os seus fins. Foi a primeira associação de municípios a ser criada no país e muito foi feito em prol do distrito, dando como exemplo a PIDES, que através desta foram desenvolvidos grandes projetos, como o metro ao sul do Tejo, desde Almada a Alcochete e a própria localização do aeroporto em Alcochete, foi nesses anos debatida. Foi adquirido património, a associação adquiriu uma quinta com instalações extraordinárias, houve monumentos que foram recuperados, existindo um museu de âmbito nacional a funcionar, ou seja, existe um património que não pode ser ignorado que, por conseguinte, diz respeito ao distrito, portanto julga que perdemos todos, em termos distritais, com esta saída do concelho de Alcochete da associação.

Considera que esta saída, não é uma saída por questões económicas, nem por questões do serviço que a associação presta, que para si são muitos, é por questões políticas. Assim que se alteraram as forças que governam os concelhos de Almada, Barreiro, Moita, Montijo e Alcochete, o objetivo foi destruir a AMRS. É uma situação meramente política que não vai trazer nada de benéfico, antes pelo contrário, existindo um problema que determina essa situação, que é a administração da AMRS ser da CDU.

A associação deixou de desenvolver trabalho, porque os municípios deixaram de contribuir e porque o objetivo é a destruição da AMRS, pelo simples facto de a presidência ser da CDU, se fosse do Partido Socialista estava tudo de vento em polpa, não havia problema nenhum. Cada partido toma as suas decisões, assume as suas responsabilidades, mas considera que esta decisão afeta muito o distrito e no que diz respeito ao património existe uma responsabilidade acrescida, pelo que terão de ser desenvolvidos todos os esforços para que o mesmo seja um garante, no sentido de continuar a ser uma fonte de ajuda aos municípios do distrito.

– João Espiga, bancada do PS

Aludiu que a bancada do PS considera que a decisão de saída da AMRS foi ponderada ao longo do tempo e assenta em critérios objetivos, nomeadamente

pela ausência de retorno efetivo para o município de Alcochete face às contribuições financeiras regulares que estão a ser efetuadas. Não se trata de uma decisão precipitada, nem movida por qualquer calendário político. Trata-se antes de uma medida de responsabilidade e rigor na gestão dos dinheiros públicos que visa colocar fim a um vínculo que na prática não se traduzia em benefícios concretos para os munícipes do concelho de Alcochete. O PS compreende que esta medida possa levantar debate, mas acredita que adiar decisões apenas por se estar no final de um mandato seria, isso sim, uma atitude irresponsável. A gestão autárquica deve ser feita até ao último dia com seriedade, coragem e coerência com os compromissos assumidos com a população.

– Presidente da assembleia

Informou que quando fez a análise ao Orçamento do ano de 2018, que decorreu em dezembro do ano de 2017, ao verificar a existência no mesmo de uma importância de pouco mais de €50.000,00 para a AMRS, questionou o senhor presidente da câmara para que se destinava aquela verba, tendo o mesmo referido que era para apoio à página digital do município e que não havia mais nenhum retorno. Assim sendo, considera que a AMRS está vazia de conteúdo, até porque há pouco tempo foi aprovada a adesão à CIM. Dizer-se que a AMRS foi importante, não questiona, atualmente pagar quase €60.000,00 do dinheiro dos nossos munícipes a uma instituição que não nos dá retorno, não é uma questão histórica, nem que é importante ou não, é uma questão de rigor dos dinheiros públicos. Achar que a questão económica é irrelevante, na sua opinião é uma falta de respeito para com as pessoas que pagam ao município os seus impostos. Verificou na *internet* que o município de Almada pagava €225.000,00, o município da Moita pagava €225.000,00 e o município do Barreiro €180.000,00 à AMRS, pelo que questiona o porquê de ser pago todo esse dinheiro, se não existe retorno. No caso do município de Alcochete, é mais de €500.000,00 ao ano que é introduzido na AMRS, dinheiro dos munícipes e o senhor deputado Álvaro Costa refere que a questão económica não é relevante e que é só uma questão política. Para si, é uma

questão de rigor e de racionalidade. Presentemente a AMRS está vazia de conteúdos, pelo que, para si, essa verba deve ser dirigida a quem necessita no nosso concelho, por exemplo às associações do concelho e não a uma AMRS que não sabemos para que serve o dinheiro.

– José Tavares, bancada do PS

Declarou que no passado fez sentido a existência da AMRS, mas os tempos mudam, pelo que, neste momento, existem duas entidades, a AML e a AMRS, que basicamente têm um papel semelhante. Se neste momento, dito pelo senhor presidente da câmara, a AML satisfaz mais as necessidades do concelho, não vê a necessidade se continuar a gastar mais de €400.000,00 anuais com a AMRS. Como referido pelo senhor presidente da assembleia, possivelmente, esse valor faz mais falta no nosso concelho, nas necessidades expressas pela população e que o município sabe quais são. Depois, também existe a CIM, que irá defender os interesses dos municípios que lhe são associados, nomeadamente em relação a fundos que estão disponíveis em termos de PRR. Quanto aos trabalhadores da AMRS que podem ter em causa os seus postos de trabalho, caso esta entidade feche portas, existe a garantia, ou pelo menos a predisposição de apoio a essas pessoas por parte da Câmara Municipal de Alcochete.

– Álvaro Costa, bancada da CDU

Mencionou que nas intervenções efetuadas se dirigem à AMRS como fosse uma coisa do passado, mas, como referiu esteve, acompanhou e acompanha o trabalho da associação, conhece os trabalhos que a associação fazia e que deixou de fazer e deixou de fazer porque foi boicotada e por isso é que expressou a sua opinião objetiva de que o objetivo é político e não económico. A partir do momento que na península de Setúbal passou a haver concelhos com outra força política diferente da CDU, o objetivo foi destruir a AMRS. Desde o ano de 2017 que estava decidido que a Câmara Municipal de Alcochete iria abandonar a AMRS, mas foi só agora, porque, entretanto, havia

a necessidade de substituir de forma própria os serviços que a associação prestava e isso aconteceu com os outros municípios que abandonaram a AMRS. Considera se há instituição que defende os interesses intrínsecos do Poder Local e do distrito de Setúbal é a AMRS, sempre foi, e seria com muito mais força e mais capacidade. Estas situações (saída da AMRS) determinam fragilidades que o tempo dirá e depois se verá se esta perspetiva que se põe com a saída do município de Alcochete se os custos serão menores, porque os serviços que eram prestados pela associação vão ser que ser pagos, será a questão de fazer as contas mais à frente. Agora, se o Orçamento da AMRS foi reduzido em 30%, 40% ou 50%, logicamente, que os serviços a prestar não podem ser os mesmos e quem perde com isso são os concelhos.

– Presidente da assembleia

Perguntou se injetar €420.000,00 em sete anos na AMRS é um valor insignificante, dado que para si não é, tendo em conta que é uma instituição que não faz quase nada. Se para o deputado é uma questão política, para si não é, pois em 30 anos são mais de €1.000.000,00.

– Álvaro Costa, bancada da CDU

Referiu que a AMRS foi boicotada e neste momento também está a ser boicotada, porque considera a saída do município de Alcochete um boicote. Julga que se o senhor presidente apreciasse os serviços que a associação prestava aos municípios do distrito não diria que não sabe para que servia o dinheiro.

– Presidente da assembleia

Aludiu que o município de Alcochete ainda não deixou de pagar, portanto não boicotou nada e a AMRS se não faz nada, não é por Alcochete sair. Mencionou que lhe faz confusão, por exemplo, o executivo CDU só dar à Associação dos Bombeiros Voluntários de Alcochete (ABVA) um subsídio anual de €30.000,00,

enquanto dava à AMRS mais de €50.000,00, dando como justificação para não dar mais dinheiro à ABVA, questões orçamentais. Para si é mais prioritário apoiar a ABVA que presta um serviço enorme ao concelho e apoia todas as pessoas que dela necessita, do que dar à AMRS, que é uma entidade que está esvaziada de conteúdo. Comparando a AML com a AMRS, mencionou que a primeira presta bastantes serviços como, por exemplo, gere os transportes, gere os concursos da EDP, ou está para gerir e mais uma série de assuntos e o município paga atualmente €20.000,00, sendo que à AMRS paga €60.000,00, porém percebe porque o deputado defende a AMRS, porque os municípios socialistas saíram da AMRS, exceto os municípios da CDU.

– Álvaro Costa, bancada da CDU

Considera que o senhor presidente da assembleia se deve concentrar no assunto específico e não estar a misturar as questões, pois não é uma dialética que ajude a resolver os problemas, pelo contrário, agrava e cria desconfiança, onde não deve haver desconfiança. Se não conhece, se tem dúvidas sobre os investimentos, onde era gasto o dinheiro, para que servia, o que fazia e faz agora a AMRS depois do boicote que foi feito com saída de alguns municípios, na sua opinião por questões políticas, com o objetivo de destruição, é só se informar, para depois discutir o assunto de forma aberta, sem trazer à discussão questões que não têm a ver com o debate.

– Presidente da assembleia

Referiu que não sabe o que a AMRS faz e isso é que é lamentável, pois é pago €60.000,00 a uma entidade para a qual não percebe para que serve e como funciona e a maior parte dos deputados presentes na assembleia também não percebe o que AMRS faz que tenha impacto na vida deles, ninguém sabe e isso é que é preocupante.

– Presidente da câmara

Começou por mencionar que se alguém tem conhecimento o que é a AMRS é a sua pessoa porque é vice-presidente do Conselho Diretivo, e no sentido de desmitificar algumas questões que foram abordadas que lhe parecem desajustadas, asseverou que quando o município de Alcochete chegou à AMRS com este novo elenco, em finais do ano de 2017, a primeira coisa que disse à Assembleia Intermunicipal foi que o município de Alcochete não se revia naquilo que é o trabalho desenvolvido pela AMRS e, assim, iria preparar o caminho para o município sair da AMRS, e nessa altura não houve nenhuma articulação com os municípios de Almada e Barreiro. Outros municípios, nomeadamente Almada, Barreiro e Moita tomaram uma decisão sem nenhum planeamento. O município de Almada saiu no ano de 2022 e um ano depois saíram os municípios do Barreiro e Moita, ou seja, no ano de 2023.

Referenciou que não aceita que seja interpretado a proposta apresentada como um boicote, por não ser a terminologia mais adequada. Apenas foi tomada esta decisão por considerar que, face ao valor que é pago, não existe absolutamente nenhum retorno por parte da AMRS e não é só agora, é desde o momento que o atual executivo está em funções, desde o ano de 2017, aceitando e admitindo, contudo, que a associação tenha tido no passado um papel relevante no distrito de Setúbal. Não concorda com a teoria do senhor deputado Álvaro Costa de que o Partido Socialista sai porque não tem a presidência da associação, até porque é vice-presidente do Conselho Diretivo e foram os seus pares do Partido Comunista que prepuseram o seu nome para o cargo, mesmo sabendo que o município de Alcochete estava a trabalhar para abandonar a associação.

Informou que os serviços da Península Digital, onde é pago o valor de €12.600,00 por ano, é um serviço arcaico, ou seja, atualmente a Câmara Municipal de Alcochete está a trabalhar, particularmente, na Divisão de Administração do Território na era da digitalização por imposição legal, trabalho designado por “no paper”, que não era possível acontecer com o SPD, cuja tramitação dos dados acontecia por *email*. Os *backups* que estavam a ser efetuados para o repositório da AMRS de SPD eram de baixo volume.

Salientou que curiosamente o município do Montijo é do Partido Socialista e não equaciona a saída da AMRS, portanto não existe um boicote, nem uma ação configurada a todos os elementos.

Realçou que está de consciência tranquila, porque tudo o que está a dizer hoje, foi o que disse desde sempre aos seus colegas do Conselho Diretivo e aos membros da Assembleia Intermunicipal da AMRS, inclusive o senhor presidente do Conselho Diretivo teve oportunidade no Conselho Diretivo de fazer rasgados elogios ao município de Alcochete, mesmo sabendo que o município estava a preparar a sua saída da associação.

Evidenciou que a AML serve mais aquilo que são as pretensões do município de Alcochete, porque é apoiada pelo Estado e oferece um conjunto de benefícios em várias matérias que são aplicadas no dia-a-dia, o que já não acontece com a AMRS. O valor pago há AMRS são praticamente 70.000,00 por ano, é um valor que permitirá, por exemplo, construir um parque infantil onde não existe ou requalificar parte de uma estrada.

Submetida à votação, a proposta foi aprovada por maioria, com 18 votos a favor (15 do PS, 2 do CDS-PP e 1 do PSD) e 5 votos contra da CDU.

Ana Brandão, em nome da CDU, apresentou a seguinte declaração de voto:

«A Assembleia Municipal de Alcochete, sob proposta apresentada pelo senhor presidente da câmara, apresenta na reunião da Assembleia Municipal de 20 de junho de 2025, uma proposta que visa a saída do Município de Alcochete da AMRS – Associação de Municípios da Região de Setúbal.

A exemplo do que aconteceu noutros municípios da península de Setúbal de maioria PS, a saber Almada, Barreiro e Moita, a justificação apresentada nesta proposta centra-se, essencialmente, no quantitativo anual da comparticipação municipal para esta associação que, pelos valores apresentados na proposta,

são inferiores a €70.000,00/ano (cerca de €55.000,00 de quotização e €13.250,00 para o Projeto Setúbal Península Digital).

A proposta de saída do Município de Alcochete da AMRS não é mais do que um seguidismo do Município de Alcochete aos supra mencionados municípios de gestão PS, nomeadamente nos argumentos do afastamento gradual da AMRS do objetivo a que se propôs e que o município assume um compromisso financeiro demasiado elevado, a que não corresponde o retorno obtido com esta participação na AMRS, afirmações que consideramos não estarem fundamentadas em factos concretos, sendo apenas genéricas e inconsistentes.

Consideramos ainda que esta visão, estritamente economicista e política – marca cada vez mais distintiva postura do PS e que o Município de Alcochete procura copiar -, está assente numa manifesta ignorância ou ocultação do trabalho desenvolvido, ao longo de quatro décadas, pela AMRS, que carece de fundamentação séria e que, com a presente declaração de voto, procuraremos combater, refutar e clarificar.

Desde logo, o facto de ser infundado o argumento de que o Município de Alcochete paga para a associação mais do que aquilo que recebe, porque ignora, simplesmente, toda a atividade desenvolvida ao longo de quatro décadas pela associação e as vantagens que toda a região, incluindo o concelho de Alcochete, tem obtido neste espaço de articulação.

Para além desse argumento, uma associação de municípios não realiza obra concreta no território dos municípios que a integram, pelo que a relação não pode ser medida a partir de uma simples relação de “dever e haver”, própria de uma relação com prestadores de serviços que não é, objetivamente, o caso.

Este argumento ignora, igualmente, o desenvolvimento de um processo que visa o estabelecimento de um quadro de financiamento diferente da associação, que preveja reduções substanciais da comparticipação de cada

município, processo que, só com a participação e contributo de todos para esse objetivo, poderá ter a melhor prossecução.

Por outro lado, consideramos falacioso e repleto de falta de honestidade comparar a comparticipação dos municípios para a Área Metropolitana de Lisboa (AML), constante da argumentação utilizada para justificar a saída da AMRS, pela simples razão de que o Orçamento da AML integra, por Lei, verbas oriundas do Orçamento de Estado e dos fundos comunitários, o que não acontece com a AMRS.

Consideramos ainda importante que se diga que, durante as quatro décadas de trabalho, a AMRS desenvolveu importantes projetos de reflexão, pensamento e conceção de soluções de desenvolvimento para a região de Setúbal, assentes no princípio da cooperação, articulação e solidariedade entre todos os municípios que a constituem.

Estamos a falar de projetos que deram dimensão regional e, por isso, mais projeção e mais peso institucional, às diferentes visões dos diferentes municípios, mesmo sendo de quadrantes políticos diferentes, relativamente ao desenvolvimento de toda a região, aos mais diversos níveis.

Entre os projetos desenvolvidos no quadro da cooperação intermunicipal que a AMRS tem possibilitado, contam-se a rede intermunicipal de bibliotecas, a promoção de centenas de ações de formação para trabalhadores dos municípios associados, os projetos de dimensão regional em articulação com escolas e movimentos de cidadãos, o Festival da Liberdade, o Kit Guernika, uma multiplicidade de encontros sobre educação, sobre leitura pública, e a promoção de grupos intermunicipais de eleitos e técnicos em praticamente todas as áreas de intervenção e competência dos municípios, fatores de extrema importância para o enriquecimento do conhecimento, com as consequentes repercussões positivas no trabalho desenvolvido pelo poder local.

De destacar também o papel da AMRS, assumindo-se sempre como uma voz da região de Setúbal, um interlocutor válido na defesa dos interesses específicos desta região, no seu conjunto, e de cada um dos municípios que a integra. Importa aqui lembrar a importância do trabalho e voz ativa da AMRS na localização do Novo Aeroporto de Lisboa no Campo de Tiro de Alcochete, na defesa intransigente dos interesses da região de Setúbal e do país.

Importa ainda realçar, e a título de exemplo, que, após a sua criação nos anos 80 do século passado, a associação desenvolveu o Plano Integrado da Península de Setúbal, um plano que viria dar origem a uma operação governamental apoiada por fundos comunitários da então Comunidade Económica Europeia (CEE), designada por Operação Integrada de Desenvolvimento da Península de Setúbal (OID-PS).

Realçar também o desenvolvimento, no início do século XXI (ano 2000), do Plano Estratégico para o Desenvolvimento da Península de Setúbal (PEDEPES), à data o único no país, que envolveu a participação ativa de mais de uma centena de entidades de diferentes setores económicos e sociais da região, setores que se mantêm hoje ainda envolvidos neste instrumento, que se pretende vivo e dinâmico e que consubstanciará uma visão integradora do desenvolvimento da nossa região.

Nesse âmbito, será de salientar o papel decisivo e determinante da Comissão Executiva do PEDEPES, para o reconhecimento, por parte do Governo, sobre a necessidade de criação de uma nova nomenclatura estatística para a Península de Setúbal, com a criação de uma NUT II e consequente captação de mais recursos financeiros oriundos dos fundos comunitários, situação que, há muito, toda a região reclamava e que, certamente, também o Município de Alcochete irá beneficiar.

A par destes instrumentos estratégicos, a AMRS adquiriu a Quinta de São Paulo, que vem sendo reabilitada e colocada ao serviço de todos os municípios da região, onde hoje funciona uma quinta pedagógica, aberta gratuitamente à

comunidade e visitada por milhares de crianças e jovens todos os anos, e recuperou parte de dois conventos existentes na quinta, colocando as suas instalações ao serviço de iniciativas, formação e eventos dos municípios que integram a associação.

Realçar que AMRS criou, através de uma candidatura a apoios comunitários, o projeto Setúbal Península Digital, oferecendo uma vasta gama de serviços, que respondem às necessidades e aumentaram a eficácia dos serviços prestados aos munícipes, através da incorporação nos seus processos de trabalho, das novas tecnologias de informação e comunicação, contribuindo exponencialmente para a transição digital no âmbito do programa europeu Cidades Digitais. Neste âmbito, e na sequência da visão economicista do Município de Alcochete, importa questionar quais seriam os valores despendidos ao longo dos anos, através de uma prestação de serviços, para a criação e manutenção dos portais e dos serviços *on-line*, componentes de maior impacto da presença das autárquicas locais na *internet* e de aproximação ao cidadão.

Com a extinção das Assembleias Regionais, decidida pelo Governo do PSD/CDS, a AMRS passou a integrar o Museu de Arqueologia e Etnografia de Setúbal, um espaço museológico de grande importância e significado, não apenas regional, mas nacional.

Pelo exposto, consideramos que, com esta atitude, a Município de Alcochete, que persegue apenas a opção política do PS, pretende contribuir para a liquidação da AMRS, revelando falta de pensamento regional, de preocupação com a promoção da coesão regional, de opção pela articulação, cooperação e solidariedade entre os municípios, de qualquer intenção de defesa dos interesses próprios e específicos da região de Setúbal e de preocupação com os trabalhadores da Associação de Municípios da Região de Setúbal, alguns deles há várias décadas.

No que respeita aos trabalhadores, importa referir a falta de coerência do senhor presidente da Câmara Municipal de Alcochete que, no quadro de vice-presidência do Conselho Diretivo da AMRS, tece rasgados elogios ao trabalho desenvolvido pelo mesmos e, agora, não tem qualquer interesse ou preocupação com o futuro dos mesmos.

Reforçamos que esta é apenas a atitude do PS que não se preocupa com o futuro da Região de Setúbal e que, também o Município de Alcochete, com a presente proposta, segue a intenção política declarada em liquidar a AMRS.

Consideramos que esta é uma decisão puramente partidária, orientada pelas estruturas superiores de direção do PS, que não tem contemplações em deitar fora todo o trabalho que a AMRS desenvolveu ao longo de 40 anos, que desenvolve atualmente e poderá desenvolver no futuro.

Consideramos ainda que, estando na reta final do presente mandato autárquico e pretendendo que a saída da AMRS tenha efeitos no dia 30 de setembro de 2025 (não sabendo se a mesma, a acontecer, venha a verificar-se já após a realização das próximas eleições autárquicas), esta é uma opção “cega” e nada coerente, pois, desconhecendo o futuro, apronta-se para o comprometer ou destruir.

Pelo exposto, os leitos da CDU na Assembleia Municipal de Alcochete votam contra a proposta de saída do Município de Alcochete da AMRS – Associação de Municípios da Região de Setúbal.»

– Presidente da assembleia

Em defesa da honra mencionou o seguinte:

«Aquilo que eu vou dizer acho que a maior parte dos meus colegas partilham da minha opinião. Dizer que nós estamos a votar isto por indicações do PS é uma falta de respeito pelas pessoas que estão aqui sentadas.

Eu nunca tive nenhuma indicação do PS sobre este assunto e, portanto, dizer que nós estamos aqui a votar uma coisa que é decidida pelo PS é uma falta de respeito pelas pessoas que aqui estão. Primeiro, é feita sem qualquer fundamentação. Segundo, eu não digo que os senhores votam aquilo que a CDU Nacional vos diz para votar. Nunca disse isso na vida, embora às vezes pensasse. E, portanto, vocês têm o hábito de dizer que as pessoas aqui estão a pensar, não pela sua cabeça, mas aquilo que os outros lhe disseram para fazer. Isso é uma falta de respeito para as pessoas que aqui estão. Eu estou a votar pela minha cabeça, independentemente dos meus colegas acharem o contrário ou não. Portanto, é uma coisa que eu não podia deixar passar, era os senhores fazerem juízo de valor sobre aquilo que as pessoas pensam ou fazem. Eu não funciono assim. Se os senhores estão acostumados a esse tipo de pensamento, eu não funciono dessa forma.»

Entretanto, senhor o presidente da Assembleia Municipal propôs a prorrogação dos trabalhos para além da hora regimental, o que foi aceite.

PONTO 4 - PROPOSTA DE DELIMITAÇÃO DE 4 ÁREAS DE REABILITAÇÃO URBANA – SAMOUCO, S. FRANCISCO, VALBOM E FONTE DA SENHORA

Proposta aprovada por unanimidade na reunião da Câmara Municipal de 11/06/2025:

«Considerando que:

- A reabilitação urbana tornou-se uma peça fundamental nas políticas de desenvolvimento das cidades e da habitação. Esta abordagem integra objetivos estratégicos como a revitalização dos centros urbanos mais degradados e a melhoria das condições do parque habitacional existente. Ao promover a renovação dos espaços urbanos e a

qualificação das habitações, procura-se garantir um funcionamento mais equilibrado, inclusivo e sustentável das cidades, assegurando, ao mesmo tempo, o direito de todos a uma habitação digna;

- Partindo de um conceito alargado de reabilitação urbana, que ultrapassa a mera valorização imobiliária ou patrimonial, dá-se especial ênfase à integração e coordenação das intervenções, promovendo soluções coerentes que articulem as dimensões funcional, económica, social, cultural e ambiental dos territórios a reabilitar;
- O Regime Jurídico da Reabilitação Urbana (RJRU), de acordo com o Decreto-Lei 307/2009 de 23 de outubro, na sua atual redação, estrutura-se em dois conceitos fundamentais:
 1. Área de Reabilitação Urbana (ARU) – uma zona delimitada pelo município que justifica uma intervenção integrada e sistemática;
 2. Operação de Reabilitação Urbana (ORU) – o conjunto de ações concretas a desenvolver dentro da ARU, com base num plano previamente definido.

Propõe-se que a Câmara delibere:

- Emitir parecer favorável e remeter à aprovação da Assembleia Municipal, a “Proposta de Delimitação de 4 Áreas de Reabilitação Urbana – Samouco, S. Francisco, Valbom e Fonte da Senhora”, nos termos da informação n.º SPAM.04/2025/06/04 e de acordo com os artigos n.º 13.º, 14.º e 15.º do RJRU, conforme documentos em anexo, sendo remetidas para momento posterior, as aprovações das respetivas Operações de Reabilitação Urbana.

Em anexo encontram-se 4 documentos relativos a:

ARU Samouco

ARU S. Francisco

ARU Valbom

ARU Fonte da Senhora.»

Submetida à discussão, registaram-se as seguintes intervenções:

- Presidente da câmara

Referiu que a reabilitação urbana se tornou uma peça fundamental nas políticas de desenvolvimento das cidades e vilas, assim como na habitação no que há generalidade diz respeito. Esta abordagem integra objetivos estratégicos, como sejam a revitalização dos centros urbanos e a melhoria das condições do parque habitacional existente.

Ao promover a renovação dos espaços urbanos e a qualificação das habitações, procura-se, de alguma forma, garantir um funcionamento que se considera ser mais equilibrado, mais inclusivo e sustentável naquilo que as cidades e as vilas têm naturalmente para oferecer e, Alcochete, não será exceção à regra, assegurando, ao mesmo tempo, o direito de todos a uma habitação digna. E, portanto, numa altura que um dos grandes problemas do país assenta precisamente na habitação, ou melhor, na falta dela, importa desenvolver este caminho que não vai seguramente resolver todos os problemas de habitação no nosso concelho, mas está convencido que vai, com certeza, minimizar esse impacto, reabilitando o que está degradado, o que está devoluto ou o que esteja eventualmente até abandonado, permitindo maior acessibilidade à habitação, a rendas ou a preços acessíveis. O Decreto-Lei 307/, de 23 de outubro, estabelece o regime jurídico da reabilitação urbana e é precisamente este o caminho que, efetivamente, se está a seguir. Assim, propõe-se a criação de quatro áreas de reabilitação urbana que designaremos por ARU. A ARU do Samouco, a ARU de São Francisco, a ARU do Valbom e a ARU da Fonte Senhora. De acordo com o disposto no artigo 13.º do Regulamento, as quatro propostas de delimitação encontram-se acompanhadas de memória descritiva e justificativa, incluindo os critérios subjacentes à delimitação da área abrangida e os objetivos estratégicos a prosseguir. A proposta contempla planta com correspondência cadastral, com a

delimitação da área abrangida e também o quadro com os benefícios fiscais associados aos impostos municipais sobre o património, nomeadamente o IMI e também o IMT.

Relativamente a estes benefícios, com a publicação em “Diário da República”, os proprietários cujos prédios urbanos sejam abrangidos por esta delimitação, no âmbito de operações de reabilitação, apenas e só estas, passam a usufruir de alguns benefícios fiscais que importa reter. No âmbito do IMI, isenção por um período de três anos, a contar do ano inclusive da conclusão da reabilitação, podendo ser renovada por um período adicional de cinco anos, no caso de imóveis afetos a arrendamento para a habitação própria e permanente. E depois no âmbito do IMT, isenção do Imposto Municipal sobre as transmissões onerosas de imóveis nas aquisições de imóveis destinados a intervenções de reabilitação, desde que o adquirente inicie as respetivas obras no prazo máximo de três anos, a contar da data da aquisição.

Depois, existem também alguns benefícios no âmbito das taxas de avaliação, nomeadamente a redução para metade das taxas devidas pela avaliação do estado de conservação de acordo com o que está publicado em Decreto-Lei. Estes benefícios que referidos não dispensam, naturalmente, a consulta dos serviços da autarquia para outros esclarecimentos necessários e também eles importantes. Salientou que estas condições, estas regras, no fundo, só se aplicam a reabilitações e não a construções novas, aliás, como está previsto na legislação.

Na sua opinião, esta proposta vai, quer no Samouco, quer no Valbom, quer na Fonte da Senhora, quer em São Francisco, enfim, se houver disponibilidade, naturalmente, dos proprietários ou de quem venha efetivamente a adquirir, de reabilitar prédios que estão abandonados, que estão devolutos, que estão, digamos, em ruínas, criando, com isso, naturalmente, maior oferta no capítulo da habitação. Portugal está a viver um problema generalizado na habitação, mas esse problema existe porque a procura para habitação é exponencialmente maior do que a oferta e, portanto, o mercado imobiliário está

agressivo neste capítulo. Pelo que se tem de construir mais habitação, aliás, nos últimos anos dever-se-ia ter construído mais de meio milhão de habitações e aquilo que se construiu foram 54 mil habitações no país, e assim, com problema da falta de habitação e com esta medida, com esta proposta, está-se a criar uma alavanca, um incentivo, para que efetivamente, em primeira instância, se possa dotar o espaço territorial do Samouco, de São Francisco, do Valbom e da Fonte da Senhora, do ponto de vista estético de prédios, de outra apresentação mas, ao mesmo tempo, também enriquecendo naturalmente um parque habitacional para que se possa ter maior capacidade de resposta a este flagelo que é efetivamente a habitação.

– Arquiteto Rui Marrafa

Por solicitação do senhor presidente da câmara e com a devida autorização do senhor presidente da assembleia, efetuou uma breve explicação do que consiste a proposta, referindo que:

ARU é uma zona delimitada no espaço urbano, onde são definidas intervenções específicas de reabilitação e de revitalização, englobando benefícios e incentivos de modo a promover a recuperação integrada do espaço urbano. Em termos latos, a definição de ARUS, como o nome indica, são áreas de reabilitação urbana de modo a promover e de modo a reabilitar aquilo que é o espaço urbano.

De certa forma, a proposta incide sobre quatro áreas, como já foi, entanto, exposto pelo senhor Presidente da Câmara, são quatro áreas que foram, entanto, delimitadas no concelho e estão centradas no Samouco, em São Francisco, no Valbom e na Fonte da Senhora. São áreas que foram identificadas como, estrategicamente, aquelas que estão a ter necessidade intervenções mais específicas e incentivos mais específicos. Os critérios que estiveram subjacentes em relação a esta delimitação ou estas delimitações tem a ver com a necessidade de reabilitação de alguns edifícios dentro destas áreas numa forma coerente. Não se está a dizer que todos os edifícios

necessitam de obras, mas nestas zonas foram identificadas necessidades de intervenção em edifícios. Todas estas áreas também incluem zonas urbanas adjacentes que têm de ser coerentes com a reabilitação destes edifícios. Está-se sempre a falar, por um lado, da reabilitação do parque edificado, a par daquilo que é a requalificação de propostas de intervenção que possam vir acontecer no espaço urbano. Por outro lado, em algumas destas zonas, também se tem como objetivo a divulgação e a conservação de bens patrimoniais que podem estar em causa, nomeadamente edifícios notáveis, no sentido de haver requalificação e valorização daquilo que é o património edificado. E, por último, tem a ver, muitas vezes, com a reabilitação relativamente à eficiência energética.

No Samouco, estas áreas incidem, essencialmente, sobre o Espaço Consolidado 2 e o Espaço Urbanizável 4 e 5. Em síntese, abrange 28,16 hectares, onde são identificados 644 prédios. Em São Francisco, a área delimitada inclui a área urbana consolidada 3, de acordo com o PDM em vigor, e o Espaço Urbanizável de Expansão 6 e 3, que apresenta uma área de 29,26 hectares, englobando 30 prédios urbanos. No Valbom, a área delimitada está, portanto, classificada no PDM em vigor como o Espaço Consolidado, Urbano Consolidado 1, apresenta 10,93 hectares e engloba 194 prédios. Na Fonte da Senhora é apresentada uma área urbana classificada como área urbana a reestruturar, portanto, o R3 e abrange uma área de 4,82 hectares, englobando 73 prédios.

Os Objetivos Estratégicos têm a ver com o facto de melhorar a qualidade de vida daquilo que são os Centros Urbanos ou os Núcleos Urbanos que estão, entanto, propostos. Como o preservar os elementos arquitetónicos que poderão estar em presença, requalificar os espaços públicos, reconverter e dinamizar edifícios obsoletos ou devolutos e promover a acessibilidade e a mobilidade generalizada, quer no espaço público, quer no parque verificado.

Por último, os incentivos fiscais resumem-se à isenção pelo período de três anos de IMI e a uma isenção do imposto de IMT em relação, portanto, à

compra de imóveis para a reabilitação. Existindo outros incentivos que têm a ver, muitas vezes com a redução do IVA para 6%, por exemplo, reduções do IRS para encargos. Portanto, são incentivos complementares, que não dependem diretamente da Câmara, mas que vêm por arrastamento.

– Presidente da câmara

Salientou que a proposta apresentada é resultado de um trabalho exaustivo de levantamento que foi efetuado nas respetivas localizações dos prédios obsoletos, devolutos e com necessidade urgente de reabilitação que prejudicam do ponto de vista estético aquilo que é a imagem do edificado, como visa criar a alavancagem, com alguns benefícios fiscais, para que se possa ter um parque habitacional mais condigno e com mais soluções de habitação.

– José Tavares, bancada do PS

Considera que a proposta é bastante pertinente, porque todos nós assistimos e, a sua pessoa que vive em São Francisco vê que o centro das freguesias estão num estado degradante. A proposta traduz-se em dois objetivos, um que é qualificar o centro das freguesias e o outro ter mais imóveis disponíveis para melhorar a situação da habitação. Ressalvou que, normalmente, os proprietários dos imóveis são pessoas com idade, pelo que podem ter alguma dificuldade em ter acesso a todos os benefícios que vão ser concedidos. Assim, julga importante que houvesse uma difusão da informação mais cuidada e mais aprofundada junto dos proprietários, porque se assim não for, corre-se o risco de apenas os investidores beneficiarem dos objetivos que a proposta serve.

– Presidente da câmara

Referenciou que aquilo que hoje se traz à discussão é efetivamente a delimitação, mas aquilo que está a ser preparado é depois uma grande

campanha de sensibilização, enfim, numa campanha praticamente porta-à-porta para que as pessoas percebam efetivamente aquilo que se pretende com esta medida, no sentido de se esclarecer a população, porque o objetivo é que efetivamente se concretize aquilo que é o objetivo, requalificar o parque existente e aumentar a oferta para a habitação.

– Presidente da assembleia

Alertou que os proprietários não têm benefícios fiscais, o benefício aplica-se a quem compra casa e não a quem é proprietário da casa. O desconto do IMT é efetuado no ato da compra, não é no ato de realizar as obras. Também a mais-valia no IRS é aquando da venda do imóvel, ou seja, a maior parte dos benefícios têm a ver com a venda do imóvel e com a realização de obras no imóvel.

Submetida à votação, a proposta foi aprovada por maioria, com 22 votos a favor (14 do PS, 5 da CDU, 2 do CDS-PP e 1 do PSD) e 1 abstenção do PS.

O senhor presidente da assembleia municipal, em seu nome, apresentou a seguinte declaração de voto:

«Não tem a ver com as áreas, não é essa a questão, mas pelo consequente benefício fiscal que ela traz. Os benefícios foram aprovados para a Assembleia da República com perda de receita para o município, não para o Estado. Quem perde?

O Estado aprova coisas em que o único prejudicado é o município. O IMT é uma receita do município e o IMI é uma receita do município. E pela abrangência dos benefícios fiscais, que é grande e que pode ser aproveitado por outros sujeitos que não aqueles que estamos aqui a identificar. Pela grande abrangência que os benefícios trazem na ARU, eu não podia votar favoravelmente. Não pela ARU, mas pelos benefícios.»

PONTO 5 - CELEBRAÇÃO DE PROTOCOLO COM O CENTRO SOCIAL SÃO BRÁS DO SAMOUÇO – ENCARGOS PLURIANUAIS

Proposta aprovada por unanimidade na reunião da Câmara Municipal de 11/06/2025:

«Considerando que:

1. O protocolo mencionado em epígrafe, tem encargos nos anos económicos de 2025 e 2026;
2. Nesse seguimento são assumidos compromissos de despesa que exigem necessariamente compromissos plurianuais;
3. A assunção de compromissos plurianuais está sujeita a autorização prévia da Assembleia Municipal, nos termos das disposições conjugadas na alínea b), do artigo 3.º e na alínea c), do n.º 1, do artigo 6.º, ambos da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro.

Assim propõe-se:

Que a Câmara Municipal delibere, ao abrigo das disposições conjugadas da alínea c), do n.º 1, do artigo 33.º e do artigo 24.º, ambos da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, e da alínea b), do artigo 3.º e alínea c), do n.º 1, do artigo 6.º, ambos da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, submeter à apreciação da Assembleia Municipal a Prévía Autorização de Compromissos Plurianuais para os Anos Económicos de 2025 e 2026, no valor estimado de €30.000,00 para o ano de 2025 e €120.000,00 para o ano de 2026.»

Submetida à discussão, registou-se a seguinte intervenção:

- Presidente da câmara

Explicou que a Câmara Municipal atribuiu de acordo com o protocolo existente, um apoio pecuniário de €150.000,00 ao CENSA - Centro Social de São Brás do Samouco que visava, de alguma forma, o alargamento da rede de equipamentos sociais 2.2 geração pares 2. E deste valor que foi atribuído, dos €150.000,00, foram atribuídos €120.000,00. Esta verba acabou por ser utilizada, digamos, no projeto e em trabalhos administrativos para o efeito, pelo que o CENSA foi obrigado a desistir da respetiva candidatura, sobretudo pela incapacidade da instituição de não poder garantir os capitais próprios necessários ao financiamento privado. E assim, o CENSA vai devolver ao município os €120.000,00 que, entretanto, a autarquia atribuiu, mas entende o município, em função daquilo que são as necessidades e aquilo que é o planeamento desta instituição, que é das poucas IPSS's que o concelho de Alcochete tem, digamos, no seu território, desenvolver um novo protocolo definido com o sentido de apoio, protocolo esse que irá ser desenvolvido para ser atribuído o apoio em 2026 e daí a questão dos encargos plurianuais.

Submetida à votação, a proposta foi aprovada por maioria, com 20 votos a favor (13 do PS, 5 da CDU e 2 do CDS-PP) e 1 abstenção do PSD.

Não votou Joel Rodrigues ao abrigo da alínea a), do n.º 1, do artigo 69.º do Código do Procedimento Administrativo.

Também não votou Elisa Massaroca, por não se encontrar no momento na sala.

PONTO 6 - PROCEDIMENTO DE CONCURSO PÚBLICO PARA “AQUISIÇÃO DE LICENCIAMENTO DE SOFTWARE MICROSOFT PARA OS ANOS DE 2026, 2027 E 2028” – ENCARGOS PLURIANUAIS

Proposta aprovada por unanimidade na reunião da Câmara Municipal de 11/06/2025:

«Considerando que:

- 1.O procedimento mencionado em epígrafe, tem o prazo de execução de 3 anos, a decorrer nos anos de 2026, 2027 e 2028;
- 2.Nesse seguimento são assumidos compromissos de despesa que exigem necessariamente compromissos plurianuais;
- 3.A assunção de compromissos plurianuais está sujeita a autorização prévia da Assembleia Municipal, nos termos das disposições conjugadas na alínea b), do artigo 3.º e na alínea c), do n.º 1, do artigo 6.º, ambos da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro.

Assim propõe-se:

Que a Câmara Municipal delibere, ao abrigo das disposições conjugadas da alínea c), do n.º 1, do artigo 33.º e do artigo 24.º, ambos da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, e da alínea b), do artigo 3.º e alínea c), do n.º 1, do artigo 6.º, ambos da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, submeter à apreciação da Assembleia Municipal a Prévia Autorização de Compromissos Plurianuais para os Anos Económicos de 2026, 2027 e 2028 referente à “Aquisição de Licenciamento de *Software Microsoft* para os anos de 2026, 2027 e 2028”, no valor estimado de €427.944,60 acrescido do IVA repartidos da seguinte forma:

2026 - €142.648,20;

2027 - €142.648,20;

2028 - €142.648,20.»

Submetida à discussão, registou-se a seguinte intervenção:

- Presidente da câmara

Esclareceu que se trata de um investimento que a autarquia está a efetuar, no caso em concreto, licenciamento do *software* da *Microsoft*, que se estende pelos anos de 2026, 2027 e 2028, pelas verbas que estão plasmadas, €142.648,20, em cada um destes três anos, e, portanto, existe a necessidade de se garantir a plurianualidade e a daí a existência da proposta.

Submetida à votação, a proposta foi aprovada por maioria, com 21 votos a favor (15 do PS, 5 da CDU e 1 PSD) e 2 abstenções do CDS-PP.

**PONTO 7 - PROCEDIMENTO DE CONCURSO PÚBLICO PARA
“AQUISIÇÃO DE BENS ALIMENTARES PARA OS
REFEITÓRIOS ESCOLARES E MUNICIPAL, DURANTE O ANO
DE 2026” – ENCARGOS PLURIANUAIS**

Proposta aprovada por unanimidade na reunião da Câmara Municipal de 11/06/2025:

«Considerando que:

- 1.O procedimento mencionado em epígrafe, tem o prazo de execução de 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias, a decorrer no ano de 2026;
- 2.Nesse seguimento são assumidos compromissos de despesa que exigem necessariamente compromissos plurianuais;
- 3.A assunção de compromissos plurianuais está sujeita a autorização prévia da Assembleia Municipal, nos termos das disposições conjugadas na alínea b), do artigo 3.º e na alínea c), do n.º 1, do artigo 6.º, ambos da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro.

Assim propõe-se:

Que a Câmara Municipal delibere, ao abrigo das disposições conjugadas da alínea c), do n.º 1, do artigo 33.º e do artigo 24.º, ambos da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, e da alínea b), do artigo 3.º e alínea c), do n.º 1, do artigo 6.º, ambos da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, submeter à apreciação da Assembleia Municipal a Prévia Autorização de Compromissos Plurianuais para o Ano Económico de 2026 referente à “Aquisição de Bens Alimentares para os Refeitórios Escolares e Municipal, durante o ano de 2026”, no valor estimado de €1.000.000,00 (um milhão de euros) acrescido do IVA.»

Submetida à discussão, registou-se a seguinte intervenção:

- Presidente da câmara

Informou que o procedimento tem um prazo de execução de 365 dias, a decorrer no ano de 2026. O procedimento é efetuado no presente ano, mas como os pagamentos são realizados apenas no ano de 2026, existe assim a necessidade de garantir a plurianualidade.

Submetida à votação, a proposta foi aprovada por maioria, com 20 votos a favor (15 do PS e 5 da CDU) e 3 abstenções (2 do CDS-PP e 1 do PSD).

PONTO 8 - PROCEDIMENTO DE CONCURSO PÚBLICO PARA “SERVIÇO DE MANUTENÇÃO DE ESPAÇOS VERDES NO MUNICÍPIO DE ALCOCHETE” – ENCARGOS PLURIANUAIS

Informação apresentada pelo senhor presidente da câmara a justificar a urgência da assembleia municipal deliberar sobre o assunto:

«Senhor Presidente da Assembleia Municipal

O Procedimento em assunto reporta-se a serviços essenciais a prestar à população. Da análise resultante das regras da contratação pública estamos

perante um concurso público internacional, com prazos de tramitação específicos e alargados.

O contrato que está em execução termina durante o mês de setembro, havendo urgência na abertura e desenvolvimento de novo procedimento sem interrupção dos serviços.

Tornando-se necessário e urgente a Assembleia Municipal delibere, ao abrigo da alínea b), do artigo 3.º e alínea c), do n.º 1 do artigo 6.º, ambos da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, a Prévia Autorização de Compromissos Plurianuais para os Anos Económicos de 2025/2026 referente ao “SERVIÇO DE MANUTENÇÃO DE ESPAÇOS VERDES NO MUNICÍPIO DE ALCOCHETE”, no valor estimado de €247.400,00 acrescido de IVA nos seguintes termos:

2025 – 72.500,00€

2026 – 174.900,00€.

Mais informo que o presente ato será sujeito a ratificação da Câmara Municipal nos termos do n.º 3, do artigo 35.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.»

Proposta:

«Considerando que:

1. O procedimento mencionado em epígrafe, tem o prazo de execução de 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias, a decorrer nos anos de 2025/2026;
2. Nesse seguimento são assumidos compromissos de despesa que exigem necessariamente compromissos plurianuais;
3. A assunção de compromissos plurianuais está sujeita a autorização prévia da Assembleia Municipal, nos termos das disposições conjugadas

na alínea b), do artigo 3.º e na alínea c), do n.º 1, do artigo 6.º, ambos da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro.

Assim propõe-se:

Que a Assembleia Municipal delibere, ao abrigo da alínea b), do artigo 3.º e alínea c), do n.º 1, do artigo 6.º, ambos da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, a Prévia Autorização de Compromissos Plurianuais para os Anos Económicos de 2025/2026 referente ao “SERVIÇO DE MANUTENÇÃO DE ESPAÇOS VERDES NO MUNICÍPIO DE ALCOCHETE”, no valor estimado de €247.400,00 acrescido de IVA, nos seguintes termos:

2025 – 72.500,00€

2026 – 174.900,00€.»

Submetida à discussão, registou-se a seguinte intervenção:

– Presidente da câmara

Referiu que em todo o concelho existem 29 hectares de espaço verde público, e como a autarquia não consegue, com os meios disponíveis que existem, quer de equipamentos, quer da frota automóvel, quer de recursos humanos, assegurar este trabalho com qualidade, existe a necessidade de proceder a algumas adjudicações para ajudar a manter a qualidade que se tem vindo a habituar os munícipes. Portanto, aquilo que se prevê é adjudicar a contratação de serviços externos para o desenvolvimento deste trabalho, nomeadamente em Alcochete, em cerca de 5,2 hectares, 4,5 hectares em São Francisco e 3,3 hectares no Samouco, ou seja, está-se a falar num total de 13,14 hectares que se pretende adjudicar a uma entidade externa. Um investimento de €247.400,00 e que se reparte já, digamos, no presente ano com €72.500,00 e depois em 2026 com €174.900,00, existindo assim a questão pertinente dos encargos plurianuais. Informou que o contrato que está em execução termina durante o mês de setembro havendo, portanto, urgência na abertura e

desenvolvimento do novo procedimento, isto de modo a não haver interrupção do serviço.

Submetida à votação, a proposta foi aprovada por maioria, com 17 votos a favor (15 do PS e 2 do CDS-PP), 1 abstenção do PSD e 5 votos contra da CDU.

Ana Brandão, em nome da CDU, apresentou a seguinte declaração de voto:

«A bancada da CDU vota contra o ponto 8 da ordem do dia referente ao Concurso Público para o “Serviço de Manutenção de Espaços Verdes do Município de Alcochete”, porque não se revê neste compromisso de despesa que gasta verbas municipais com empresas externas ao invés de contratar operacionais para este serviço que não seria tão dispendioso e que prestariam melhores serviços ao município.»

PONTO 9 - PROCEDIMENTO DE CONCURSO PÚBLICO PARA “SERVIÇO DE APLICAÇÃO DE HERBICIDA E DESERVAGEM, NO MUNICÍPIO DE ALCOCHETE” – ENCARGOS PLURIANUAIS

Informação apresentada pelo senhor presidente da câmara a justificar a urgência da assembleia municipal deliberar sobre o assunto:

«Senhor Presidente da Assembleia Municipal

O Procedimento em assunto reporta-se a serviços essenciais a prestar à população. Da análise resultante das regras da contratação pública estamos perante um concurso público internacional, com prazos de tramitação específicos e alargados.

O contrato que está em execução termina durante o mês de agosto, havendo urgência na abertura e desenvolvimento de novo procedimento sem interrupção dos serviços.

Assim, junto se envia proposta para que a Assembleia Municipal delibere, ao abrigo da alínea b), do artigo 3.º e alínea c), do n.º 1, do artigo 6.º, ambos da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, a Prévia Autorização de Compromissos Plurianuais para os Anos Económicos de 2025/2026 referente ao “SERVIÇO DE APLICAÇÃO DE HERBICIDA E DESERVAGEM, NO MUNICÍPIO DE ALCOCHETE”, no valor estimado de €236.000,00 acrescido de IVA, nos seguintes termos:

2025 – 78.700,00€

2026 – 157.300,00€.

Mais informo que o presente ato será sujeito a ratificação da Câmara Municipal nos termos do n.º 3, do artigo 35.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.»

Proposta:

«Considerando que:

1. O procedimento mencionado em epígrafe, tem o prazo de execução de 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias, a decorrer nos anos de 2025/ 2026;
2. Nesse seguimento são assumidos compromissos de despesa que exigem necessariamente compromissos plurianuais;
3. A assunção de compromissos plurianuais está sujeita a autorização prévia da Assembleia Municipal, nos termos das disposições conjugadas na alínea b), do artigo 3.º e na alínea c), do n.º 1, do artigo 6.º, ambos da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro.

Assim propõe-se:

Que a Assembleia Municipal delibere, ao abrigo da alínea b), do artigo 3.º e alínea c), do n.º 1, do artigo 6.º, ambos da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, a Prévia Autorização de Compromissos Plurianuais para os Anos Económicos de 2025/2026 referente ao “SERVIÇO DE APLICAÇÃO DE HERBICIDA E DESERVAGEM, NO MUNICÍPIO DE ALCOCHETE”, no valor estimado de €236.000,00€ acrescido de IVA nos seguintes termos:

2025 – €78.700,00

2026 – €157.300,00.»

Submetida à discussão, registou-se a seguinte intervenção:

– Presidente da câmara

Como referiu na proposta anterior, este é um problema que a autarquia também tem porque não dispõe dos meios necessários para o fazer. E os meios não são apenas e só digamos humanos, são meios técnicos, estando-se a falar de máquinas e viaturas. É um investimento que o executivo está a preparar para que no próximo mandato seja desenvolvido. Neste momento está em curso um contrato que termina durante o mês de agosto e, portanto, existe a urgência na abertura e desenvolvimento do novo procedimento para não haver interrupção dos serviços. É um concurso público internacional para aplicação de herbicida e deservagem no município de Alcochete com o valor estimado de €236.000,00 que serão repartidos entre os anos de 2025 e 2026 com as verbas de €78.700,00 e 157.300,00, respetivamente.

Submetida à votação, a proposta foi aprovada por maioria, com 17 votos a favor (15 do PS e 2 do CDS-PP) e 6 abstenções (5 da CDU e 1 do PSD).

PONTO 10 - PROCEDIMENTO DE CONCURSO PÚBLICO PARA “EMPREITADA DA 1.ª FASE DA REQUALIFICAÇÃO DO

CAMPO DE FUTEBOL 11 DO PASSIL” – ENCARGOS PLURIANUAIS

Informação apresentada pelo senhor presidente da câmara a justificar a urgência da assembleia municipal deliberar sobre o assunto:

«Sr. Presidente da Assembleia Municipal

O Procedimento em assunto teve decisão de contratar em 22 de janeiro de 2025, foi publicado na plataforma de contratação pública <http://pt.vortal.biz> em 28 de janeiro de 2025, pelo que se estimava que o procedimento de formação do contrato estivesse concluído em finais de fevereiro de 2025. O espaço temporal para execução da empreitada a concurso é de 270 dias, e ocorreria durante o ano de 2025.

Em face das vicissitudes do procedimento de formação do contrato, e com cumprimento, dos prazos necessários ao cumprimento das formalidades legais, só foi possível celebrar o contrato em 05 de maio de 2025.

O procedimento está em fase de obtenção de visto do Tribunal de Contas, que na primeira análise veio questionar o Município sobre:

“Tendo presente o disposto no artigo 65.º, n.º 1, alínea b) da LOPTC, bem como, no n.º 4, do artigo 17.º-A da Lei n.º 30/2021, de 21 de maio, pronuncie-se sobre os seguintes aspetos:

- a. Tendo em conta a data de assinatura do contrato de 05.05.2025, e sem prejuízo da prerrogativa prevista no n.º 2, do artigo 17.º-A da Lei n.º 30/2021, de 21 de maio, atento o prazo de execução contratual de 270 dias comprove, documentalmente, que os encargos plurianuais do presente contrato se encontram devidamente aprovados pelo órgão competente, nos termos dos n.ºs 1 e 6, do artigo 22.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de junho.”

Perante a nova realidade e dada a necessidade de comprovar junto daquele Tribunal que estão assegurados os procedimentos e autorizações necessários à legalidade do contrato, torna-se imperativo operar a respetiva repartição de encargos para os anos económicos de 2025 e 2026, que deverá ser aprovada pela assembleia municipal de 20 de junho corrente.

Assim, junto se envia proposta para que Assembleia Municipal delibere, ao abrigo das alínea b), do artigo 3.º e alínea c), do n.º 1, do artigo 6.º, ambos da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, a Prévia Autorização de Compromissos Plurianuais para o Anos Económicos de 2025/2026 referente à Empreitada da 1.ª Fase da Requalificação do Campo de Futebol 11 do Passil” - Processo I - 03_25/CP, no valor de €1.099.810,65 (um milhão, noventa e nove mil, oitocentos e dez euros e sessenta e cinco cêntimos) em regime de IVA autoliquidado, nos seguintes termos:

2025 – €922.121,19

2026 – €177.679,46.

Mais informo que o presente ato será sujeito a ratificação da Câmara Municipal nos termos do n.º 3, do artigo 35.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.»

Proposta:

«Considerando que:

1. O procedimento mencionado em epígrafe, tem o prazo de execução de 270 (duzentos e setenta) dias, pelo que a sua execução irá decorrer durante o corrente ano civil e no ano de 2026;
2. Nesse seguimento torna-se necessário assumir compromissos de despesa que exigem necessariamente compromissos plurianuais;

3. A assunção de compromissos plurianuais está sujeita a autorização prévia da Assembleia Municipal, nos termos das disposições conjugadas na alínea b), do artigo 3.º e na alínea c), do n.º 1, do artigo 6.º, ambos da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro;

4. De acordo com o plano de pagamentos apresentado pela proposta do adjudicatário a repartição de encargos será de:

2025 – €922.121,19

2026 – €177.679,46

Assim propõe-se:

Que a Assembleia Municipal delibere, ao abrigo das alínea b), do artigo 3.º e alínea c), do n.º 1, do artigo 6.º, ambos da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, a Prévia Autorização de Compromissos Plurianuais para o Anos Económicos de 2025/2026 referente à Empreitada da 1.ª Fase da Requalificação do Campo de Futebol 11 do Passil” - Processo I-03_25/CP, no valor de €1.099.810,65 (um milhão, noventa e nove mil, oitocentos e dez euros e sessenta e cinco cêntimos) em regime de IVA autoliquidado, nos seguintes termos:

2025 – €922.121,19

2026 – €177.679,46.»

Submetida à discussão, registou-se a seguinte intervenção:

– Presidente da câmara

Comunicou que o procedimento em assunto teve decisão de contratar em 22 de janeiro de 2025. Foi publicado na Plataforma de Contratação Pública em 28 de janeiro deste ano, pelo que se estimava que o procedimento de formação do contrato estivesse concluído em finais de fevereiro, princípios de março. O

espaço temporal para a execução da empreitada a concurso é de 270 dias e deveria ocorrer durante o ano de 2025.

No entanto, face às vicissitudes do procedimento de formação do contrato e com o cumprimento dos prazos necessários, bem como o cumprimento das formalidades legais, só foi possível celebrar o contrato em 5 de maio de 2025, estando o procedimento neste momento em fase de obtenção do visto do Tribunal de Contas, que neste caso em concreto, tendo em conta que se trata de uma obra ao abrigo do Plano de Recuperação e Resiliência integrado nas operações de salvaguarda das comunidades desfavorecidas, é um visto do Tribunal de Contas especial. Está-se em condições que a obra se desenvolva, sendo que a maior parte da verba é aplicada efetivamente em 2025, nomeadamente €922.121,19 e, de acordo com aquilo que tem sido o trabalho profícuo dos municípios com a Área Metropolitana de Lisboa, o que importa, no fundo, é que a execução acima do valor do investimento financiado, que se conta ter, digamos, em dezembro do presente ano irá permitir que se faça o pagamento do restante no ano que vem. Há um valor percentual, que julga que anda na casa dos 80%, ou seja, do valor financiado tem de se ter até ao final do ano esse valor assegurado, julgando que irá ter e, portanto, o resto pode ser pago no ano seguinte. Recordou que este é um grande investimento que está a ser efetuado no Complexo Desportivo do Passil, um processo que terá um desenvolvimento em várias fases.

A primeira fase é a implementação da rega, do tapete sintético, das marcações, das balizas, dos postos de rugby, do mureto de vedação e de iluminação em quatro postos com lâmpadas LED (para que seja possível executarem-se treinos, quer de futebol, quer de rugby, durante o período da noite). Esta é a primeira fase no investimento €1.099.000,00 e, portanto, as outras fases seguir-se-ão depois, já fora do PRR, até porque as verbas não chegavam para tudo aquilo que era necessário fazer no que o Passil diz respeito. Com a construção deste complexo, Alcochete fica munido de mais um campo municipal que vai dar resposta não só àquilo que tem sido o aumento exponencial de atletas na prática desta modalidade que é o rugby, mas

também irá, seguramente, servir o futebol e as instituições e coletividades que praticam essas modalidades no concelho.

Submetida à votação, a proposta foi aprovada por maioria, com 22 votos a favor (15 do PS, 5 da CDU e 2 do CDS-PP) e 1 abstenção do PSD.

PERÍODO DE ANTES DE ENCERRAR A SESSÃO

Não se registaram intervenções.

Seguidamente procedeu-se à leitura da ata em minuta, que após ser submetida à discussão e votação, foi aprovada por unanimidade.

ENCERRAMENTO: E nada mais havendo a tratar, pelas 01:50 horas, o presidente da assembleia declarou encerrada a sessão, da qual para constar, se lavrou a presente ata que eu, Carla Sofia Oliveira, técnica superior, subscrevo e assino.

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL,

A TÉCNICA SUPERIOR,